



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA
BR 349 - Km 14 – Zona Rural - Caixa Postal 34 - CEP: 47600.000 - Bom Jesus da Lapa – BA
E-mail: gabinete@lapa.ifbaiano.edu.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2017



**INSTITUTO
FEDERAL**
Baiano

APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP XX/2017 DE XXXXXXXXXXXX DE 2017.

Bom Jesus da Lapa
2017

DADOS INSTITUCIONAIS

Nome: Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa

Endereço: Rodovia BR 349, KM 14 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – BA

E-mail: gabinete@lapa.ifbaiano.edu.br

CNPJ: 10.724.903/0006-83

Esfera administrativa: Federal

Cidade - UF: Bom Jesus da Lapa - BA

CEP: 47.600-000

Site do *Campus*: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa>

Telefone: (77) 3481-3210

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO PROJETO

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Portaria 22, de 10 de março de 2017, alterada pela Portaria 74, de 23 de agosto de 2017

NOME	FUNÇÃO
Junio Batista Custódio	Presidente da Comissão
Ailton Rodrigues da Silva	Assessoria de Normas Técnicas
Aline Soares Lima	Equipe Técnico-Pedagógica
Caroline Cunha Costa	Assessoria de Normas Técnicas
Clélia Gomes dos Santos	Assessoria para Revisão Gramatical
Ediênio Vieira Farias	Representante Docente
Emerson Alves dos Santos	Representante Docente
Fabiana Santos da Silva	Representante Docente
Fábio Gonçalves da Silva	Representante Docente
Grace Itana Cruz de Oliveira	Equipe Técnico-Pedagógica
Hania Gracielle Brito S. Silva	Assuntos Estudantis
Isnaya Jackson C. L. Ledo	Representante Docente
Janine Couto Cruz Macêdo	Equipe Técnico-Pedagógica
Nêmia Ribeiro Alves Lopes	Assessoria para Revisão Gramatical
Valdineia Antunes Alves Ramos	Equipe Técnico-Pedagógica
Belarmina R. Sena de Oliveira	Representante de Pais
Camila de Oliveira Alves	Representante Discente – Ens. Superior
Camila S. Fidelis de Souza	Representante Discente – Ens. Básico
Cleidenisce Rodrigues da Silva	Representante da Sociedade Civil

SERVIDORES COLABORADORES

NOME	CARGO
Diele dos Santos Cardoso	Assistente em Administração
Estácio Moreira da Silva	Professor EBTT
Gabriela Silva Cerqueira	Técnica em Laboratório
Gislane Oliveira Costa	Assistente em Administração
Gustavo Tenório Araújo	Auxiliar em Laboratório
Ivanildo Claudino da Silva	Técnico em Agropecuária
Jorge Viana dos Santos	Pedagogo
Priscila Coutinho Miranda	Professora EBTT
Roberta Machado Santos	Professora EBTT
Vagner Freitas da Silva	Professor EBTT



EQUIPE GESTORA

Presidente da República

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

Ministro da Educação

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO

Reitor do Instituto Federal Baiano

GEOVANE BARBOSA DO NASCIMENTO

Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal Baiano

MAURÍCIO DE ALMEIDA PEREIRA

Diretor Geral do Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa

ARIOMAR RODRIGUES DOS SANTOS

Diretor Administrativo – *Campus* Bom Jesus da Lapa

SIMIÃO PIRES LIMA

Diretor Acadêmico – *Campus* Bom Jesus da Lapa

ESTÁCIO MOREIRA DA SILVA

Coordenadora de Ensino – *Campus* Bom Jesus da Lapa

PRISCILA COUTINHO MIRANDA

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	IDEB no Território Velho Chico.....	13
Tabela	2	Instalações físicas do <i>Campus</i>	30
Tabela	3	Instalações e equipamentos	32
Tabela	4	Materiais de Laboratórios.....	34

LISTA DE FIGURAS

Quadro	1	Cursos Ofertados pelo <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa	15
Quadro	2	Setores/cargos no IF Baiano – <i>Campus</i> B. J. da Lapa.....	22
Quadro	3	Relação de Docentes efetivos do <i>Campus</i>	23
Quadro	4	Relação de Técnicos Administrativos do <i>Campus</i>	25
Quadro	5	Empresas com contrato de parceria com o <i>Campus</i>	28
Quadro	6	Espaços de Formação Pedagógica.....	47
Quadro	7	Composição das CPAs do IF Baiano.....	83
Quadro	8	Competências da CPA	84
Figura	1	Conceitos relevantes para compreensão e constituição de um currículo integrado na educação profissional	39

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar a versão final do Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa, aprovado através da Resolução Consup xx, de xx de xxxxxxxx de 2017.

Ele é resultado de um processo de construção coletiva, ocorrida no período de janeiro de 2016 a agosto de 2017, do qual participaram representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade acadêmica do *Campus* Bom Jesus da Lapa.

Pensar coletivamente a construção do Projeto Político Pedagógico pressupõe repensar, refletir e incorporar novas ideias e formas democráticas à prática educativa, numa perspectiva emancipatória e transformadora da educação, requerendo compromisso político-pedagógico dos profissionais de nosso *Campus*.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico embasou-se nos pressupostos legais que estruturam e normatizam a Rede Federal de Educação, a exemplo da LDBEN – Lei 9394/96, que incumbe aos estabelecimentos de ensino a obrigatoriedade de elaborarem e executarem sua proposta pedagógica, bem como o PDI (2015-2019), e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que estabelecem a visão, missão, os valores e as finalidades do IF Baiano.

Temos a certeza de que, com esta proposta, realizamos um passo decisivo para a organização de nosso processo pedagógico, ao sistematizar, em um mesmo documento não apenas os princípios e fundamentos, mas as diretrizes e políticas que sustentam o trabalho institucional.

A Equipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO.....	10
2.1 O <i>CAMPUS</i> BOM JESUS DA LAPA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO (TVC): IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL ...	12
2.2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL	14
2.3 MISSÃO	14
2.4 FUNÇÃO SOCIAL	15
3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	17
3.1 FORMAÇÃO HUMANA: DIVERSIDADE, INCLUSÃO E CIDADANIA	18
3.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO	19
3.3 CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	20
4. OBJETIVOS	21
4.1 OBJETIVO GERAL.....	21
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
5. A GESTÃO INSTITUCIONAL.....	22
5.1 A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO	22
5.2 OS SETORES ADMINISTRATIVOS E SUAS FUNÇÕES.....	22
5.3 RECURSOS HUMANOS	23
5.4 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	26
5.5 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA ..	27
5.6 O ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO- PEDAGÓGICO.....	28
5.7 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA ..	29
5.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL.....	30
5.9 PLANOS DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E LABORATÓRIOS	35
6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO.....	38
6.1 CURRÍCULO INTEGRADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	39
6.2 PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	41
7 DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA	43
7.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁXIS PEDAGÓGICA	43
7.1.1. Integração entre Teoria e Prática	43
7.1.2 Contextualização e Flexibilização	44
7.1.3. Tecnologias da Informação e Comunicação	45
7.2 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO.....	45

7.2.1 Concepção Filosófica	48
7.2.2 Metodologia de Ensino	48
7.2.3 Avaliação da Aprendizagem	50
7.2.4 Estratégias de Permanência e Êxito do Educando	51
7.3 AULAS PRÁTICAS E VISITAS TÉCNICAS	52
7.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	53
7.5 ATIVIDADES ARTÍSTICO CULTURAIS	54
7.6 POLÍTICAS DE PESQUISA E EXTENSÃO	54
8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	56
8.1 POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES	56
8.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	57
8.2.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)	57
8.2.2 Programa de Assistência Integral à Saúde -PRÓ-SAÚDE	58
8.2.3 Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP)	58
8.2.4 Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer –PINCEL.....	59
8.2.5 Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica -PROPAC	60
8.3 POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO	60
8.4 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES	61
8.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	63
9 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	65
10 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	69
10.1 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	69
10.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO	71
11 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	75
12 A EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	76
12.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO	77
12.2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	79
13 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	81
13.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	81
13.2 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DO <i>CAMPUS</i>	83
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) do *Campus Bom Jesus da Lapa* traz como pressuposto fundamental a consolidação de um instrumento de planejamento a nível macro, o qual objetiva, entre outras questões, a consolidação da identidade institucional, na medida em que sistematiza os princípios, meios, fins e recursos para a organização de todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pela instituição.

Nesse sentido, o esforço coletivo depreendido pela comissão de elaboração, de um diálogo calçado no respeito às contribuições de cada agente do processo educativo, possibilitou o amadurecimento das discussões e a organização do presente documento.

Apresenta-se aqui, não apenas a missão institucional e a concepção de ensino sustentada pela escola, mas antes os preceitos que norteiam as práticas pedagógicas dentro de uma instituição que compõe uma rede acadêmica regida pela multicampia e que tem a missão de oferecer educação em diferentes níveis e modalidades, sendo esta no âmbito da educação básica, superior e cursos de formação profissional de curta duração.

O PPP do *Campus Bom Jesus da Lapa* norteia-se pelos dispositivos legais que regem a matéria educacional, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 11.892/08 (que trata da criação dos Institutos Federais de Educação), Regimento Geral do IF Baiano, Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2015), Políticas institucionais de acesso, permanência e êxito dos estudantes dentro da instituição e Organizações Didáticas dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio e de Nível Superior.

É a partir do PPP que se desdobram todas as ações articuladas de ensino, pesquisa e extensão, num movimento intenso de reciprocidade entre instituição e comunidade territorial.

Nessa perspectiva, o PPP não se restringe a um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Por sua vez, é construído e vivenciado em todos os momentos, pelos envolvidos com o processo educativo da escola.

2 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Gestado dentro de um movimento nacional de reconfiguração do modelo de educação profissional, científica e tecnológica oferecida pelas instituições federais de ensino, o IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa tem suas bases influenciadas pelo ensino oferecido nas agrotécnicas que, historicamente, privilegiaram a oferta cursos na área das Ciências Agrárias.

A criação oficial do *Campus* ocorreu mediante a Portaria MEC 04, de 07/01/2009, logo após a publicação da Lei 11.892/2008, de 29/12/2008, à qual transformou os Centros Federais de Educação (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Na Bahia, como ocorreu em outros estados, os CEFETs transformaram-se no Instituto Federal da Bahia (IFBA) e as Escolas Agrotécnicas no Instituto Federal Baiano (IF Baiano). O Município de Bom Jesus da Lapa, por meio da portaria do MEC, supracitada passou a integrar o Instituto Federal Baiano, dadas às vocações territoriais e às necessidades educacionais locais, às quais apontavam a importância de cursos nas áreas da agropecuária e da agricultura.

O IF Baiano constituiu-se a partir da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Senhor do Bonfim, Santa Inês e Guanambi, das antigas EMARC's - Escolas Médias de Agropecuária da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) - de Valença, Teixeira de Freitas, Itapetinga e Uruçuca. Em decorrência desse processo de expansão, foram criados e incorporados os *Campi* de Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Serrinha. Encontram-se em fase de implantação mais três unidades nos municípios de Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique. Por estrutura-se sob o regime de multicampia, o IF Baiano possui como instância administrativa central a Reitoria, localizada na cidade de Salvador.

No aspecto relacionado à concepção do projeto e do objetivo elementar, o *Campus* Bom Jesus da Lapa nasce de articulações da comunidade territorial. Esta, passou a demandar novos espaços de formação/qualificação profissional, em detrimento a um descaso histórico observado no âmbito do Território de Identidade Velho Chico no que se refere às oportunidades educacionais.

Para a implantação do *Campus*, o IF Baiano recebeu em 2009, doação do Ministério da Integração Nacional, de uma área de aproximadamente 92 hectares, pertencente originalmente à CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba). A referida área faz parte do Perímetro Irrigado Formoso, implantado pela CODEVASF a partir do

ano de 1989, em uma área bruta total de 19.500 hectares, da qual 12.100 hectares são irrigáveis e utilizados no desenvolvimento agropecuário da região.

A obra de construção da sede própria iniciou-se em 2009, contudo as atividades administrativas e pedagógicas do *Campus* deu-se a partir de março de 2010 em uma sede provisória cedida pela Prefeitura, uma vez que o andamento da obra retardara em razão de problemas relativos à primeira empresa responsável. Após paralisação de aproximadamente 18 meses, os trabalhos para a construção da sede própria foram retomados em dezembro de 2011, com a contratação de uma nova construtora. A inauguração do *Campus* deu-se em 22 de novembro de 2013.

O primeiro curso ofertado foi o Técnico em Informática, na modalidade subsequente, ainda no ano de 2010. Porém, diante das demandas regionais, relacionadas à existência de projetos agroextrativistas, assentamentos, quilombos e comunidades ribeirinhas, cujas atividades econômicas baseiam-se, sobretudo, na agricultura familiar, foi implantado em 2014 o Curso Técnico em Agricultura Subsequente. Em 2015, o *Campus* passou a ofertar os primeiros cursos de nível superior: Bacharelado em Engenharia Agrônoma e Especialização em Inovação Social (com foco na gestão e no empreendedorismo). O bacharelado resultou da análise de uma pesquisa realizada em 2014, à qual também apontara para a necessidade da instituição ofertar cursos de nível médio integrados à educação profissional, cuja demanda passou a ser atendida em 2016, com a implantação dos seguintes cursos: Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Através de um intenso diálogo estabelecido com as comunidades territoriais, sobretudo no tocante à necessidade de contribuir com a formação dos profissionais que atuam com a educação básica nos municípios de abrangência, o *Campus* passou a oferecer duas especializações e um curso do Profuncionário, Educação do Campo, Educação Matemática e Técnico em Secretaria Escolar, respectivamente.

A consolidação do *Campus* Bom Jesus da Lapa tem representado um incremento à ação educacional do município. Em uma lógica segundo a qual o semiárido não teve, historicamente, possibilidades de dinâmicas educativas e econômicas expressivas, o que representa uma relevante política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Desse modo, a interiorização de uma instituição federal de ensino com a *expertise* do IF Baiano tem significado a ampliação das oportunidades da profissionalização, bem como da formação humana, pautada no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a uma vida produtiva e autônoma.

2.1 O *CAMPUS* BOM JESUS DA LAPA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO (TVC): IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Hoje, o Território de Cidadania Velho Chico (TVC) que, por excelência, constitui o contexto de atuação do *Campus* Bom Jesus da Lapa traz em si um conjunto de elementos sócio-históricos e identitários que o credencia como maior beneficiário nos cursos ofertados pelo IF Baiano, não somente pela natureza agrária e tecnológica de seus processos produtivos, sobretudo pela dívida histórica das políticas educacionais, à qual o situa dentre aqueles que possuem os mais baixos indicadores educacionais do país. Além disso, o Território de Cidadania Velho Chico apresenta uma das maiores diversidades do estado, no que diz respeito à forma de organização social e ocupação das terras.

A importância do Rio São Francisco e da agricultura familiar dentro desse contexto, contrasta com os problemas de convivência com a seca, queimadas, dificuldades de escoamento da produção e das limitações da assistência técnica que abarque a totalidade dos agricultores no Território, além da descontextualização da realidade desses agricultores familiares.

No campo das tecnologias, por sua vez, são grandes as disparidades em relação à sede e campo. Os serviços que são desenvolvidos nesta área, além de precários, são incipientes e não atendem à demanda reprimida. Faltam, no entanto, profissionais qualificados na área para atender à demanda dos agricultores no Território.

Diante disso, a implantação do *Campus* do IF Baiano no município de Bom Jesus da Lapa em 2009, representou um redirecionamento e possibilidade de impulso à qualificação profissional técnica, científica e tecnológica de interesse territorial, segundo as perspectivas e objetivos previstos para essa instituição. Isso foi evidenciado nas pesquisas de demanda realizadas nos anos de 2010 e 2014, nos quais as licenciaturas na área de ciências naturais (Química, Física e Biologia), os cursos de Engenharia Agrônoma, Tecnologia de Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Agricultura, Agroecologia e Informática despontaram como prioridades.

Desde a heterogeneidade de sua gente, aos modos de produção e consumo, às diversas geografias agrárias e urbanas que constituem o Território de Cidadania Velho Chico, e considerando a missão institucional, o *Campus* Bom Jesus da Lapa tem atuado em quatro importantes dimensões:

a) Fortalecimento do modelo agrícola de produção, baseado nas práticas em agricultura familiar, criação e difusão de tecnologias agrárias, voltadas para as melhorias dos processos produtivos, sem perder de vistas as questões ambientais e sociais que os perpassam. Isso se

evidencia nas tendências pedagógicas dos cursos de Agricultura, Agroecologia, Engenharia Agrônômica e Inovação Social;

b) Estímulo ao empreendedorismo e à qualificação técnica na área de tecnologias, em sintonia com as demandas oriundas dos processos tecnológicos em torno dos quais se organizam a vida social e produtiva das comunidades do Território de Cidadania Velho Chico. Caminha, nessa perspectiva, a proposta do curso Técnico em Informática (tanto na forma integrada quanto subsequente);

c) Formação de profissionais para a educação básica, com enfoque na área de educação matemática, educação do campo e secretariado escolar.

d) Melhoria dos índices da Educação Básica nos municípios de abrangência do *Campus*, mediante a ampliação das matrículas, estímulo à formação do seu quadro profissional e organização de um processo educativo firmado na verticalização e diversificação dos itinerários formativos.

Tendo como parâmetro os dados educacionais dos municípios que compõem o Território expressos nos principais indicadores de qualidade brasileiros, observa-se uma educação básica fragilizada, cujos índices se encontram abaixo das médias nacionais. A tabela a seguir apresenta algumas informações referentes às quatro últimas avaliações promovidas pelo Sistema Nacional de Avaliação, mediante a aplicação da prova Brasil.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no TVC

Cidade/Estado	IDEB 2009		IDEB 2011		IDEB 2013		IDEB 2015	
	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
Barra	3.6	3.0	3.9	3.2	4.0	3.2	4.4	---
Bom Jesus da Lapa	3.8	3.0	3.4	3.3	3.6	3.6	4.4	3.9
Brotas de Macaúbas	3.6	3.1	4.6	3.2	4.1	3.4	5.1	3.6
Carinhanha	3.8	2.8	4.6	3.2	3.7	4.5	4.3	---
Feira da Mata	3.8	3.5	4.0	3.1	4.3	3.5	4.9	---
Ibotirama	3.3	3.1	3.5	3.2	4.1	3.2		
Igaporã	3.7	3.4	4.8	3.7	4.3	3.6	4.8	3.9
Matina	3.6	3.0	4.3	3.1	4.0	3.0	4.8	---
Malhada	3.4	3.0	4.1	3.0	4.0	3.1	4.5	---
Morpará	2.9	3.0	2.8	3.4	3.8	3.1	4.4	3.8
Muquém do São Francisco	3.5	3.2	3.1	3.5	3.8	—	4.5	---
Oliveira dos Brejinhos	3.3	2.4	3.7	2.9	3.7	2.6	4.5	---
Paratinga	3.3	3.3	3.2	3.3	3.5	2.9	4.4	---
Riacho de Santana	4.5	3.8	4.8	4.4	4.3	3.7	5.5	4.2
Serra do Ramalho	3.4	3.3	3.5	3.1	3.8	3.5	4.5	---
Sítio do Mato	3.2	2.6	-	2.6	3.1	3.2	4.2	---

Fonte: INEP (2017).

Como visto, alguns municípios apresentam tímidos avanços; outros, por sua vez, se encontram estagnados ou com decréscimos. Esses dados resultam de diversos fatores, dentre eles, o deficiente processo formativo, marcado pela falta de incentivo à formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação Básica, principalmente nas etapas correspondentes ao Fundamental I e II. As maiores dificuldades observadas nas avaliações externas dizem respeito à produção escrita e ao cálculo.

Diante deste cenário, o IF Baiano possui hoje um papel crucial na implementação de estratégias de desenvolvimento, principalmente, no âmbito de sua articulação com os processos produtivos, em especial no que concerne ao ambiente rural, bem como no que diz respeito à articulação com os processos de formação dos profissionais da educação básica no contexto de abrangência.

2.2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A construção da identidade institucional tem sua marca na expansão, democratização e interiorização da educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, de modo a contribuir para a inclusão social, bem como formação acadêmica sintonizada com as vocações territoriais e demandas formativas da população do campo e da cidade.

Pautado numa visão de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, visando o desenvolvimento local, regional e nacional, o IF Baiano oferece cursos presenciais e à distância nos níveis médio (modalidades integrado, subsequente e concomitante) e superior (cursos de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado e cursos de pós-graduação). Além dos cursos supracitados, a instituição desenvolve ações, projetos e programas voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais nos quais está inserido.

A educação instituída pelo IF Baiano não se limita à formação profissional e técnica para o trabalho, mas preocupa-se com a incorporação de outras dimensões da constituição humana e social. Desse modo, figura-se entre outros, valores éticos, filosóficos, culturais, sociais e econômicos, proporcionando ao sujeito/estudante uma visão holística, bem como ativo nos processos de transformação do contexto ao qual pertence.

2.3 MISSÃO

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Missão do *Campus Bom Jesus da Lapa* é oferecer educação profissional pública, gratuita e de qualidade em

diversos níveis e modalidades. Assim, busca-se preparar o sujeito para o pleno exercício da cidadania, no qual o mesmo possa contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Território Velho Chico, através de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.4 FUNÇÃO SOCIAL

Enquanto instituição de ensino, a função social do *Campus Bom Jesus da Lapa* é ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade, referenciada socialmente. Firma-se, desse modo num projeto pedagógico o qual possibilita o rompimento do dualismo entre formação técnica e formação intelectual, além de contribuir na consolidação do processo de interiorização da educação profissional e científica.

2.5 ÁREAS DE FORMAÇÃO E CURSOS OFERECIDOS

O IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa* oportuniza uma diversidade de cursos, a perceber:

Quadro 1 – Cursos Ofertados pelo *Campus Bom Jesus da Lapa*

CURSO	PERFIL
Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio	Atento aos desenhos sociais contemporâneos, o curso Técnico em Agricultura Subsequente traz em seu arcabouço saberes, os quais objetivam por meio de uma ação pedagógica contextualizada, proporcionar ao egresso a atuação em espaços diversos, tais como: Instituições de assistência/assessoria técnica, extensão rural e pesquisa; produção familiar; povos quilombolas, agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, cooperativas e associações de produção agrícola e também de forma autônoma.
Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio	Atento aos desenhos sociais contemporâneos, o curso Técnico em Agricultura traz em seu arcabouço saberes, os quais objetivam por meio de uma ação pedagógica contextualizada, proporcionar ao egresso a atuação em espaços diversos, tais como: Instituições de assistência/assessoria técnica, extensão rural e pesquisa; produção familiar; povos quilombolas, agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, cooperativas e associações de produção agrícola e também de forma autônoma.
Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio	O curso Técnico em Informática busca a formação de profissionais para desenvolver de modo pleno e inovador as atividades do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação. O Técnico em Informática instala sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores; realiza manutenção de computadores de uso geral; instala e configura redes de computadores locais de pequeno porte, conciliando o conhecimento científico, tecnológico e tradicional, atuando de forma crítica e reflexiva no mundo do trabalho.

<p>Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio</p>	<p>O objetivo desse curso é proporcionar aos estudantes, condições para o desenvolvimento de habilidades e competências tecnológicas atinentes às especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação, atrelando tais conhecimentos, às questões referentes à realidade social que o cerca.</p>
<p>Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio</p>	<p>O curso tem como objetivo a formação de profissionais comprometidos com a produção de gêneros alimentícios de qualidade e com a preservação ambiental. Ademais, visa a promoção de discussões e construção de saberes acerca do desenvolvimento sustentável, favorecendo a inovação tecnológica, em sintonia com as demandas das comunidades.</p>
<p>Técnico em Secretaria Escolar Subsequente ao Ensino Médio</p>	<p>O curso Técnico em Secretaria Escolar tem como objetivo formar profissionais da educação, que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas da educação básica, oferecendo-lhes condições para um entendimento da escola como espaço coletivo de formação humana, de diversidade étnica e cultural, bem como desenvolver competências específicas para o trabalho das secretarias escolares.</p>
<p>Engenharia Agrônoma (Superior)</p>	<p>O Curso superior em Engenharia Agrônoma objetiva formar profissionais qualificados, com responsabilidade técnico-científica e humanística, na perspectiva de atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, considerando os princípios éticos e a responsabilidade socioambiental no manejo do agro ecossistemas.</p>
<p>Esp. em Inovação Social (Superior)</p>	<p>A proposta de implantação do curso de Especialização em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia busca aperfeiçoar educadores, extensionistas, gestores públicos e atores sociais, assim como possibilitar uma análise crítica das políticas públicas e dialogar estratégias de inovação social para o semiárido do Território Velho Chico a partir da agroecologia e da economia solidária.</p>
<p>Esp. em Educação Matemática (Superior)</p>	<p>A especialização objetiva proporcionar a formação continuada e interdisciplinar de professores que atuam com a Matemática ou em áreas afins. Por outro lado, ofertar uma Educação Matemática pautada no planejamento, implementação e avaliação de práticas de ensino/aprendizagem matemática e tecnológica, relacionadas aos múltiplos contextos, níveis e modalidades da Educação Básica.</p>
<p>Esp. Educação do Campo (Superior)</p>	<p>Oferecer a formação continuada de professores do campo das redes municipais e estadual, a fim de fomentar e potencializar processos educativos contextualizados com a realidade dos povos do campo e com o semiárido. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade calcados na Questão Agrária, na Agroecologia, no Desenvolvimento Territorial, nas Políticas Públicas e nos Saberes Tradicionais colocam-se como fundantes da proposta do curso.</p>

Fonte: Diretoria Acadêmica do Campus (2017)

3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional, Científica e Tecnológica está assegurada em princípios defendidos pela Resolução do Conselho Nacional de Educação 06/2012, os quais apresentam-se de forma sintetizada no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano no item referente à organização da educação profissional técnica de nível médio.

Os princípios, em geral, preconizam elementos que dão norte às práticas pedagógicas da instituição, comungam com dispositivos legais, aspectos filosóficos e sociais da educação, os quais consideram a formação dos sujeitos enquanto atores do e para o mundo do trabalho.

Assim, o Artigo 6º da Resolução supracitada apresenta os seguintes princípios como organizadores da práxis:

- ✓ Relação e articulação entre teoria e prática, visando a formação integral do estudante;
- ✓ Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação, compreendendo a unidade entre educação e prática social;
- ✓ Trabalho como propósito educativo, integrado com a ciência, a tecnologia e a cultura;
- ✓ Pesquisa como princípio pedagógico;
- ✓ Interdisciplinaridade, visando a superação da fragmentação de conhecimentos;
- ✓ Articulação territorial, com estrita observação aos arranjos socioprodutivos e suas necessidades locais, bem como a responsabilidade socioambiental;
- ✓ Respeito e o reconhecimento à diversidade (de gênero, de credo, de orientação sexual, étnico-racial e social) e às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- ✓ Autonomia na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do projeto político-pedagógico;
- ✓ Flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados;
- ✓ Fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando à melhoria dos indicadores educacionais do território de localização;
- ✓ Respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

3.1 FORMAÇÃO HUMANA: DIVERSIDADE, INCLUSÃO E CIDADANIA

É pertinente ressaltar que a formação humana precede a formação técnica, vista ante sob uma ótica, muitas vezes, da compartimentação disciplinar e do distanciamento do contexto à qual se inseria. Nessa perspectiva, os Institutos Federais buscam atender as demandas técnicas e científicas do mundo do trabalho sem deixar de pensar o aluno enquanto cidadão crítico/reflexivo, atuante tanto no mercado de trabalho, quanto nos processos de melhoria e transformação social. Segundo Freire,

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, (...) adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens nas relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história... (2008, p. 21).

Sob essa vertente, é necessário pensar os processos de formação da sociedade brasileira e, conseqüentemente das nossas escolas, reconhecendo a diversidade como um fator decisivo nos e para as instituições educativas enquanto espaços de formação humana. Nesse viés, ao buscar homogeneizar a educação escolar, como tem sido foco de muitas discussões no âmbito educacional brasileiro, corre-se o risco de não considerar elementos característicos da formação da sociedade brasileira, sejam estes de dimensões culturais, religiosas, socioambientais, de gênero, econômicas e/ou outras.

Segundo Gadotti (1992, p. 21), “A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.”

De acordo com Carvalho (2002), uma escola inclusiva é aquela escola que inclui a todos, que reconhece a diversidade e não tem preconceito contra as diferenças, que atende às necessidades de cada um e que promove a aprendizagem.

Também com formação peculiar, está o território no qual o *Campus Bom Jesus da Lapa* se insere. Característico por contemplar públicos de diferentes grupos, urbano, rural, comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, os quais buscam a auto afirmação e a permanência em seus espaços tradicionais, bem como o fortalecimento de sua cidadania. Desse modo e no sentido de valorizar as peculiaridades regionais, o *campus* oferece cursos nas modalidades integrada, subsequente, educação à distância, nos níveis médio e superior, buscando sempre avançar no atendimento às demandas tanto das comunidades rurais quanto da

população urbana dos municípios que formam o território de identidade Velho Chico.

3.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

Orientados pelas transformações do mundo contemporâneo, no qual não mais se admite uma educação que se pautar na compartimentação rígida das disciplinas, é que os Institutos Federais buscam uma dimensão inovadora para a educação. Dentre os aspectos da proposta político-pedagógica que abrange os Institutos Federais destaca-se a organização verticalizada dos níveis de ensino.

A oferta de cursos ocorre em diferentes níveis de ensino, desde a educação profissional de nível médio integrado, aos cursos de pós-graduação. A comunidade participa nos diferentes espaços de discussão política do *campus* contribuindo nas decisões institucionais e de formação pessoal/profissional.

Possuindo uma estrutura multicampi, na qual cada instituto possui “o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p. 14). Nesse sentido, as instituições de ensino devem buscar atender às demandas sociais, econômicas, culturais e educacionais dos territórios em que estão inseridos abrindo mão da lógica anteriormente atribuída aos Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs) em que estas, as demandas, eram definidas de acordo com as necessidades exclusivas do mercado e da indústria em detrimento das necessidades de outros grupos antes sem voz nos espaços de formação profissional. A inserção do IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* no Território de Identidade do Velho Chico aponta para a necessidade de as políticas públicas em educação contribuírem para o desenvolvimento socioeconômico de um território cuja boa parte da população é composta de comunidades rurais tradicionais, quilombolas que ansiavam por espaços educativos que possibilitassem a inclusão e emancipação social.

Os Institutos Federais também devem buscar a formação dos educandos para a cidadania e para o trabalho, em um mundo em que a circulação de informação e conhecimento ocorre com grande velocidade através da tecnologia, produzindo novas formas de ensinar e aprender, uma vez que as tecnologias tornam-se obsoletas em um curto intervalo de tempo. Essas transformações de ordem tecnológica e social exigem cidadãos melhor formados para lidarem com a produção de conhecimento, assim como com as intervenções sociais.

3.3 CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Para atender aos anseios políticos e pedagógicos dessa Rede Federal, o IF Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa* deve ofertar cursos da educação básica na forma integrada à educação profissional, cursos técnicos em geral, assim como cursos superiores de graduações tecnológicas, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações *lato e stricto sensu*. Em todos esses cursos a tecnologia é uma transversalidade em constante diálogo com a educação. Nesse sentido, ainda de acordo com Pacheco (2011) “A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se os aspectos socioeconômicos e culturais.” (p. 23).

A oferta de cursos em diferentes níveis formativos corresponde à verticalização já mencionada, que possibilita não apenas a simples oferta de diferentes cursos, mas também a possibilidade do educando compor o seu itinerário formativo. Esse processo pode contribuir para o aluno refletir, no decorrer de sua formação, como a ciência e a tecnologia são produtos e fatores de interesse socioeconômicos e de desenvolvimento desde os níveis local, regional e nacional, a fim de buscar formas de aplicá-las em prol do desenvolvimento. Da mesma forma, a ciência, ou conhecimento científico, não pode ser dissociada da tecnologia, visto que ambas podem ser produzidas de forma simultânea e utilizadas seja para o desenvolvimento local, como já citado, bem como para impor limites e decisões para a manutenção de privilégios de grupos hegemônicos.

A educação profissional brasileira, no âmbito dos Institutos Federais, corresponde em um espaço de formação para o mundo do trabalho pautado na compreensão da complexidade e suas inter-relações deste mundo pelo aluno. A formação técnica não deve prevalecer sobre a formação humana, visto que as demandas sociais na atualidade exigem indivíduos mais críticos, participativos e criativos na busca das transformações sociais.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, em conformidade com as leis e planos educacionais vigentes, sem perder de vista as demandas territoriais e locais.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, nas formas integradas e subsequente, para os concluintes do ensino fundamental/médio e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ofertar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e trabalhadoras, no sentido de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar esses profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Desenvolver de forma articulada ao ensino, pesquisas aplicadas e projetos de extensão, sintonizados aos arranjos produtivos locais, do mundo do trabalho e interesses das comunidades tradicionais;
- Oferecer cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnologia) e Pós Graduação no sentido de atender às demandas dos sujeitos envolvidos no processo, bem como avançar a educação básica territorial;
- Consolidar e ampliar as políticas institucionais de acesso, permanência e êxito dos estudantes.

5. A GESTÃO INSTITUCIONAL

5.1 A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO

A gestão democrática, no âmbito escolar, é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos, e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo do qual faz parte. Esta premissa tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação e que essas normas devem, primeiro, estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e, segundo, garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, além da participação da sociedade e da comunidade local em conselhos escolares ou equivalentes (BORDIGNON; GRACINDO, 2004).

Essa forma de gestão da educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, que requer uma mudança contínua, baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola. No Instituto, a gestão democrática é aquela que tem, nas instâncias colegiadas como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho Superior e o Conselho de Administração e Planejamento (CONAD) os espaços em que são tomadas as decisões que orientam o conjunto das atividades escolares.

A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre os membros que representam a unidade escolar.

5.2 OS SETORES ADMINISTRATIVOS E SUAS FUNÇÕES

Os setores administrativos do *Campus* estão organizados e interrelacionados conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Setores/cargos no IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa

SETOR	CARGO/SETOR
Diretoria Geral	Diretor Geral
	Chefia de Gabinete
	Núcleo de Comunicação e Eventos
	Núcleo de Gestão da Tecnologia da Informação

	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas
Diretoria Acadêmica	Diretor(a) Acadêmica
	Coordenação de Ensino
	Coordenação do Curso de Agronomia
	Coordenação do Curso Técnico em Agricultura
	Coordenação do Curso Técnico em Informática
	Coordenação do Curso Técnico Integrado em Agroecologia
	Coordenação do Curso Técnico Integrado em Agricultura
	Coordenação do Curso Técnico Integrado em Informática
	Coordenação em Pesquisa
	Coordenação em Extensão
	Coordenação de Assuntos Estudantis
	Núcleo de Relações Institucionais
	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI)
	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
	Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando (NUAPE)
	Secretaria de Registros Acadêmicos
Setor de Biblioteca	
Diretoria Administrativa	Diretor (a) Administrativo
	Coordenação Financeira e Contábil
	Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
	Núcleo de Licitação
	Núcleo de Contratos
	Coordenação de Suprimentos e Logística
	Setor de Almoxarifado
	Setor de Patrimônio

Fonte: Gabinete do *Campus* (2017)

5.3 RECURSOS HUMANOS

O quadro funcional do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, em 2017, é composto de 38 docentes efetivos (Quadro 3). A maioria dos docentes possui regime de trabalho de dedicação exclusiva, com as titulações obtidas em programas de pós graduação *stricto sensu* devidamente comprovadas. Possui também 39 técnicos administrativos (Quadro 4) para atendimento das atividades administrativas e pedagógicas.

Quadro 3 - Relação de Professores efetivos do *Campus* Bom Jesus da Lapa

PROFESSOR	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO
Ana Carla Moura Araújo Dantas	Especialização em MBA em Gestão de Pessoas	Graduação em Engenharia Da Computação
Antônio Helder Rodrigues Sampaio	Doutorado em Ciências Agrárias	Graduado em Agronomia
Ákila Luz Fernandes	Mestrando em Ciências da Computação	Graduação em Ciências da Computação
Ariomar Rodrigues dos Santos	Doutorado em Zootecnia	Graduado em Medicina Veterinária

Clélia Gomes dos Santos	Especialista em Letras Português e Literaturas	Licenciatura Letras Português/Inglês
Dário Soares Silva	Especialização em Metodologia do Ensino de Matemática e Física	Licenciatura em Matemática
Eberson Luís Mota Teixeira	Especialização em Filosofia Contemporânea	Graduado em Filosofia
Ediênio Vieira Farias	Mestrado em Educação de Jovens e Adultos	Graduado em Matemática
Elisa Eni Freitag	Doutorado em Agronomia-Agricultura	Graduada em Agronomia
Emerson Alves dos Santos	Doutorado em Genética e Biologia Molecular	Graduado em Engenharia Agrônoma
Estácio Moreira da Silva	Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade	Graduação em Pedagogia
Fabiana Silva Santos	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Ambiente	Graduado em Engenharia Agrônoma
Geângelo de Matos Rosa	Mestrado em Educação	Graduado em História, e Ciências Biológicas
Heverton Santos Queiroz	Mestrado em Ciência da Computação	Graduado em Ciência da Computação
Hudson Barros Oliveira	Mestrado em Educação de Jovens e Adultos	Graduado em Ciência da Computação
Indira Cristiane Moreira Gonçalves	Mestrado em Engenharia Agrícola	Graduação em Engenharia Agrícola
Isaac da Silva Santos	Mestrado em Ciências Ambientais	Licenciatura em Geografia
Isnaya Jackson Carapiá Ledo	Especialização em Matemática e Estatística	Graduada em Processamentos e Matemática
Jefferson Oliveira de Sá	Doutorado em Ciências Agrárias.	Graduado em Engenharia Agrônoma
Ketchen Pâmela dos Santos Gouveia	Especialização em Língua Portuguesa	Graduada em Letras
Laysa Souza Lavanhole	Especialização em Metodologia do Ensino de Matemática e Física	Graduada em Matemática
Marcelo Leite Pereira	Mestrado em Ciências Moleculares	Graduação em Química
Marcelo Moreira West	Especialização em Engenharia de Software	Bacharel em Sistemas de Informação
Marcos Aurélio da Silva	Doutorado em Engenharia Química.	Graduado em Química Industrial
Marília Mércia Lima Carvalho Carneiro	Doutorado em Fisiologia Vegetal	Graduação em Biologia
Nêmia Ribeiro Alves Lopes	Especialização Educação Inclusiva e Tecnologia Assistiva	Graduação em Letras Português/Espanhol
Priscila Coutinho Miranda	Mestrado em Microbiologia Agrícola	Graduação em Agronomia
Rafael Assumpção de Abreu	Doutorado em Ciências	Graduação em Sociologia

	Políticas	
Renato Batista dos Santos	Doutorado em Física	Graduação em Física
Ricardo de Oliveira Melo	Especialista Engenharia De Sistemas	Graduação em Engenharia da Computação
Roberta Machado Santos	Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais	Graduação em Biologia
Taissa de Souza Canaes	Doutorado em Zootecnia	Graduação em Zootecnia
Vagner Freitas da Silva	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	Graduado em Engenharia de Alimentos
Ubiratan Oliveira Souza	Doutorado em Ciências Agrárias	Graduado em Engenharia Agrônoma
Vasni dos Santos Silva Filho	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.	Graduado em Instrumento
Wagner Porto Rêgo Júnior	Mestrado em Educação Física	Graduação em Educação Física
Wellington Dantas de Sousa	-----	Graduação em Administração e Contabilidade

Fonte: Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas do *Campus* (2017)

Quadro 4 - Relação de Técnicos Administrativos em Educação efetivos do *Campus*

NOME	ATUAÇÃO
Agenor Batista da Silva Neto	Administrador
Ailton Rodrigues da Silva	Assistente de Alunos
Alex Amor Divino dos Santos	Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação
Aline Soares de Lima	Psicologia
Bismarck dos Santos Almeida	Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação
Carlos Moreno dos Santos Moreira Lima	Auxiliar em Administração
Caroline Cunha Costa	Bibliotecária
Crislaine Nascimento Moura	Técnico em Enfermagem
Cyntia Layane A. Gusmão	Assistente Social
Diele dos Santos Cardoso	Assistente em Administração
Gabriela Silva Cerqueira	Técnica de Laboratório
Gislane de Oliveira Costa	Assistente em Administração
Grace Itana Cruz de Oliveira	Técnica em Assuntos Educacionais
Gustavo Tenório Araújo	Assistente de Laboratório
Hania Gracielle Brito Soares	Assistente de Alunos
Isaac Silva de Jesus	Auxiliar de Biblioteca
Ivanildo Claudino da Silva	Técnico em Agropecuária
Janine Couto Cruz Macedo	Pedagoga
Jorge Abdon Miranda de Souza Junior	Auxiliar em Administração
Jorge Viana dos Santos	Pedagogo
José Maria Nascimento Pereira	Motorista
Junio Batista Custódio	Técnico em Assuntos Educacionais
Luciana Pereira Cardial Teixeira	Tradutor e In. de Linguagem de Sinais
Lariane Almeida Santos	Auxiliar em Contabilidade
Luciana Souza Viana	Assistente de aluno
Luciana Xavier Bastos	Auxiliar de Biblioteca
Ludgero Rêgo Barros Neto	Assistente em Administração
Mileide de Souza Carvalho	Assistente em Administração

Mônica Ribeiro Peixoto	Técnica de Laboratório
Osni Santos Paz	Enfermeiro
Rodrigo Neves Araújo	Assistente em Administração
Sandra Maria de Brito Pereira	Assistente em Administração
Sansão Rodrigo de Souza	Auxiliar em administração
Simião Pires Lima	Técnico em Agropecuária
Tame Daniele Ribeiro Andrade	Assistente em Administração
Tereza Cristiana Bispo dos Santos	Auxiliar em administração
Valdinéia Antunes Alves Ramos	Técnica em Assuntos Educacionais
Willy Jaguaracy Vasconcelos Rodrigues	Técnico em Agropecuária
Yuri Oliveira Luna e Almeida	Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação

Fonte: Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas do *Campus* (2017)

5.4 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é uma forma de prever os meios para que os resultados finais sejam alcançados, em conformidade com a missão, as concepções, os princípios e as diretrizes estabelecidas institucionalmente. Para isso é preciso estabelecer um espaço de discussão e aperfeiçoamento contínuo da gestão, de modo que os diferentes atores da comunidade acadêmica tenham a oportunidade de expressar e contribuir para o desenvolvimento de uma instituição que esteja a serviço da comunidade local e regional.

Planejar o desenvolvimento da instituição significa empenho em construir um Instituto moderno e competente, comprometido com a excelência acadêmica, com um modelo de gestão democrático, ético, transparente e focado nos resultados. O planejamento estratégico no *Campus* Bom Jesus da Lapa está alinhado ao PDI do IF Baiano, bem como, ao Guia do Planejamento Estratégico. Esses documentos norteiam a elaboração dos planos anuais de ação e projetos anuais de trabalho, vinculados ao orçamento do *campus*. Entre os objetivos estratégicos destacam-se: consolidação dos cursos ofertados, fortalecimento e ampliação das ações de pesquisa, inovação e pós-graduação, consolidação da identidade e imagem institucional, promoção do acompanhamento de egressos, itinerários formativos e inserção socioprofissional, fortalecimento e ampliação das parcerias e aprimoramento e ampliação das políticas de qualificação e capacitação de servidores.

Por outro lado, adotar essa metodologia não garante a efetividade das ações decididas, mas demonstra um esforço coletivo em favor de uma proposta que oriente essa prática, afastando do processo o imediatismo e os improvisos de uma gestão que tem um fim em si mesma. Desse modo, o planejamento no IF Baiano tem sido desenvolvido em um processo organizado em três níveis, a perceber: estratégico, tático e operacional, integrados ou interdependentes. Toda essa gestão estratégica se destaca como a possibilidade de atender às

demandas por melhorias no serviço público, pois implica em clareza de objetivos e recursos de maneira articulada, criativa e eficaz. O planejamento também perpassa a práxis pedagógica, no qual envolve o pensar, o fazer e a tomada de decisões referente à organização, funcionamento, avaliação do processo de ensino e aprendizagem, a autoavaliação institucional, de modo a articular o contexto da comunidade e do aprendiz aos aspectos didáticos e pedagógicos. Dessa forma, o planejamento tende a ser dinâmico, flexível e atento às condições estruturais, sem perder de vista os anseios da comunidade interna e externa. Além disso, na busca pela melhoria contínua, esse planejamento estratégico será sempre retroalimentado a cada nova avaliação institucional, à qual poderá apontar para novos caminhos a serem percorridos.

5.5 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

A comunicação com a comunidade interna ocorre por diferentes veículos, dentre os quais citamos: página oficial do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa; endereços eletrônicos, sobretudo o institucional; manuais acadêmicos e de cursos; afixação de cartazes, editais, ofícios, memorandos, portarias, dentre outros documentos em murais e dependências da Instituição; panfletos, folders e boletins, bem como através de reuniões pedagógicas e administrativas.

A comunicação externa ocorre via ofício expedido pelo Gabinete, página oficial do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, utilização das rádios locais, de outdoors, faixas, plotagens em veículos, distribuição de cartazes, panfletos e/ou folders, bem como pelas ações de extensão e visitas técnicas junto à Comunidade.

Além dos canais de comunicação atualmente existentes, o *Campus* foi contemplado pelo Ministério das Comunicações com uma concessão de frequência radiofônica, com vistas à implantação de uma Rádio Escola.

O *Campus* dispõe de um Setor de Audiovisual e Comunicação, que auxilia na publicação e/ou atualização da página oficial, e do Núcleo de Relações Institucionais (NRI) o qual media a realização de parcerias interinstitucionais, constituindo-se um importante setor para viabilização dos estágios curriculares.

O NRI, por sua vez, é responsável pela realização dos estágios dos Cursos Técnicos. Para tal, realiza o levantamento das possibilidades dos locais para estágio e providencia a documentação necessária e fornece as informações/orientações necessárias aos sujeitos envolvidos. Além disto, o referido núcleo agenda visitas, assim como recepcionam visitantes, acompanhando-os aos setores de interesse do grupo. Colabora também, quando solicitado, no agendamento de visitas técnicas em outras instituições e/ou solicitação de apoio logístico e faz o registro das emissões dos certificados.

Atualmente o *Campus Bom Jesus da Lapa* conta com empresas em contrato de parceria nas cidades de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Sítio do Mato e Serra do Ramalho, as quais disponibilizam toda infraestrutura necessária para recepção e acompanhamento dos discentes nas suas atividades de estágio (Quadro 05).

Quadro 5 – Empresas com contrato de parceria do *Campus Bom Jesus da Lapa*

MUNICÍPIOS	EMPRESAS
BOM JESUS DA LAPA	ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia; Agropecuária Citrana LTDA; ASUS Telecom; Barbosa e Costa LTDA; Calçados e confecções Costa; CODEVASF; Congregação Cristã do Brasil; DATAPROCESS; FOX Informática; MCN Soluções em Informática; MICROLINS; NTE 02 - Núcleo Territorial de Educação Bom Jesus da Lapa; Centro Educandário São José; Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães; Centro Educacional São Vicente de Paula; Escola Isabel Bonfim; Colégio Estadual Projeto Formoso; Plug Informática; POLLYNET; Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa; RM Informática; Secretaria de Educação de Bom Jesus da Lapa; Secretaria de Saúde de Bom Jesus da Lapa; Universidade do Estado da Bahia UNEB.
RIACHO DE SANTANA	Associação das Mulheres Camponesas de Riacho de Santana; Escola família Agrícola de Riacho de Santana; J Informática; Riacho NET; A&T Informática.
SERRA DO RAMALHO	Alves NET; Associação das Mulheres Campesinas de Serra do Ramalho; Educandário de 1º Grau Senhor do Bonfim; Escola Nossa Senhora Aparecida; RA Informática; SPI DIGITAL; Viveiros de Mudanças TAMAFE.

Fonte: Núcleo de Relações Institucionais do *Campus* (2017)

5.6 O ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO- PEDAGÓGICO

O IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* entende que a plenitude da formação de seus educandos está diretamente ligada à sua estrutura organizacional. Neste sentido, o Departamento Administrativo do *Campus* busca, dentre outras, a função de gerenciar o uso racional e eficiente de seus recursos, receitas e despesas, através de planejamento, organização, direção e controle, proporcionando à Instituição os meios necessários ao cumprimento de sua missão.

Os servidores do departamento trabalham, com maior frequência, no atendimento às necessidades dos estudantes e dos servidores, intermediando suas demandas junto aos fornecedores externos a fim de contratar os bens e serviços indispensáveis ao funcionamento do *Campus*. Buscam também, atender às demandas externas encaminhadas pela Reitoria e por

Órgãos de controle (TCU e CGU) que possuem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e orientar a Administração no uso dos recursos públicos.

Além disto, o Atendimento Administrativo-Pedagógico oferece suporte técnico educacional que dispõe de setores tais como, Secretaria de Registros Acadêmicos – SRA, Direção Acadêmica, Coordenação de Assuntos Estudantis – CAE, Coordenação de Cursos, Assistência Social e a Equipe Técnico-Pedagógica, esta última, composta por três Técnicos em Assuntos Educacionais e dois Pedagogos. Todo esse quadro se articula no desempenho de acompanhar, assessorar e garantir a interlocução entre docentes, responsáveis e educandos, buscando a promoção e sucesso em seu percurso formativo.

Também é prerrogativa da Equipe Técnico-Pedagógica as tratativas relacionadas aos instrumentos que devem nortear o ensino, neste particular, a equipe procura coordenar a articulação para construção das normativas e projetos que corroborem com o andamento dos cursos existentes no *Campus*.

5.7 AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

Como um dos princípios que rege a Administração Pública é o da publicidade e este, tem como finalidade dar conhecimento à Comunidade sobre todas as atuações e decisões da Administração, o Departamento Administrativo utiliza diversas formas de comunicação, interna e externa, dentre os quais podemos citar o e-mail institucional, as reuniões de departamento, memorandos e o telefone como meios de comunicação interna. Para a comunicação externa, além do e-mail e do telefone são utilizados o *site* institucional, ofícios, a Imprensa Nacional (D.O.U.), o Portal da Transparência, mantido por site governamental, além de jornais de grande de pequena circulação, utilizados conforme necessário.

Em suas ações de comunicação com a comunidade interna e externa e visando o aperfeiçoamento na qualidade do ensino no *Campus*, a equipe técnico/pedagógica em articulação com a Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, demais coordenações existentes na estrutura didático pedagógica e docentes procura amplificar a divulgação das atividades propostas no *Campus*.

Para a comunidade interna é ofertada toda a divulgação por meio dos vários murais espalhados pela estrutura física do *Campus*, comunicações em loco nas salas de aulas, publicitação no *site* do IF Baiano, em espaço próprio aos discentes, de atos relativos à atividade acadêmica, quer sejam atos regulares, quer sejam eventos promovidos por docentes e discentes.

Comumente a equipe técnico/pedagógica percorre unidades escolares do município divulgando os eventos e as possibilidades de cursos e minicursos ofertados pela instituição,

além de fazer divulgar no *site* do IF Baiano, todas as atividades de pesquisa e extensão promovidas pelo *Campus*.

5.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

O IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa possui uma estrutura física e material adequada para o funcionamento de seus cursos (Tabela 2), à qual vem sendo ampliada e constantemente atualizada, tendo como parâmetro a infraestrutura recomendada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT, 2014) e pelos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (MEC – SES, 2010).

Tabela 2 - Instalações físicas do *Campus* destinadas ao desenvolvimento do curso

Instalação	Quantidade	Área (m²)	Área Total (m²)
Área de circulação	Total	1100	1100
Arquivo Morto	1	24	24
Assistência ao Educando	1	20	20
Assistência Social	1	18	18
Auditório	1	280	280
Banheiros I	2	27	54
Banheiros II	2	16	32
Banheiros III	2	22	44
Biblioteca	1	180	180
Comunicação e Eventos / Secretaria de Gabinete	1	20	20
Coordenação de Curso - Engenharia Agrônoma	1	16	16
Coordenação de Cursos	1	31	31
Coordenação de Estágio / Pesquisa / Extensão	1	24	24
Coordenação de Finanças / Contabilidade	1	34	34
Copa 1	1	11	11
Copa 2	1	40	40
Deposito 1	1	6	6
Deposito 2	1	83	83
Deposito 3	1	15	15
Direção Geral	1	22	22
Diretoria Acadêmica /Coordenação de Ensino	1	24	24
Diretoria Administrativa	1	34	34

Enfermagem	1	15	15
Equipe Técnico-Pedagógico	1	18	18
Estacionamento	128 Vagas		
Gabinete	1	20	20
Garagem	1	102	102
GTEC - Semiárido (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Tecnologias Agrícolas para o Semiárido)	1	16	16
Guarita	1	18	18
Laboratório de Biologia	1	90	90
Laboratório de Física / Matemática	1	62	62
Laboratório de Informática I	2	69	138
Laboratório de Informática II	2	59	118
Laboratório de Química	1	62	62
Lanchonete	1	16	16
LAPPRUDES - Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial	1	15	15
Licitações e Contratos / Almoxarifado	1	34	34
Logica	1	18	18
NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	1	16	16
Oficina	1	105	105
Patrimônio /Gestão de Pessoas	1	30	30
Protocolo	1	16	16
Psicólogo	1	14	14
Quadra Poliesportiva Coberta	1	1500	1500
Refeitório	1	450	450
Representação estudantil	1	24	24
Sala de Aula I	1	83	83
Sala de Aula II	10	59	590
Sala de Repouso	1	6	6
Sala de Reuniões	1	27	27
Sala dos Professores	2	58	116
Secretaria de Registros Acadêmicos	1	30	30
Técnicos	1	14	14

Tecnologia da Informação	1	30	30
Vídeo Conferência	1	62	62

Fonte: Setor de Logística do IF Baiano, *Campus Bom Jesus da Lapa* (2017).

Ainda na esfera física, o *Campus Bom Jesus da Lapa* possui uma área total de 92 hectares, sendo 88 ha de área rural destinada aos projetos agrícolas e unidades pedagógicas e 04 ha de área pertinentes às edificações como salas de aulas, laboratórios e sede administrativa. A área rural já possui infraestrutura principal de tubulação e bombeamento para irrigação de toda a área e conta com diversas culturas, como: manga, coco, banana, maracujá, uva, citros, acerola, mandioca, umbu, palma forrageira, mamão, sorgo, entre outras culturas de ciclo curto como batata-doce, feijão e girassol (Tabela 3). Também encontra-se no *Campus* animais de pequeno e grande porte: caprinos, ovinos e bovinos que pode ser utilizados em aulas práticas.

Tabela 3 - Instalações e equipamentos destinados ao desenvolvimento do curso

Instalação	Quantidade	Unidade
Atomizador costal motorizado	01	Unid.
Área agrícola total	88	hectare
Pomar de banana irrigada	04	hectare
Pomar de coco	04	hectare
Pomar de manga	04	hectare
Área a ser explorada com novos projetos	73	hectare
Pivô Central de irrigação de 1,5 há	01	Unid.
Painel de comando da irrigação	01	Unid.
Bomba hidráulica de 75 CV	01	Unid.
Bomba hidráulica de 25 CV	01	Unid.
Trator Agrícola de pneu 4x4	01	Unid.
Trator Agrícola de pneu 4x2	01	Unid.
Arado de Disco completo reversível	01	Unid.
Arado de Aiveca Revel	01	Unid.
Carreta Agrícola fixa	02	Unid.
Pulverizador de Barra	01	Unid.
Distribuidor de adubo e calcário	01	Unid.
Reboque agrícola tanque para 5000 L	01	Unid.
Roçadeira hidráulica	01	Unid.
Enxada rotativa encanteiradora	01	Unid.
Grade aradora intermediária	01	Unid.
Grade aradora hidráulica	01	Unid.

Motosserra	01	Unid.
Semeadora adubadora	01	Unid.
Subsolador de arrasto	01	Unid.
Motopoda	01	Unid.
Roçadeira costal	01	Unid.
Caprinos	17	Unid.
Ovinos	25	Unid.
Bovinos	18	Unid.
Curral com brete e balança	1	Unid.
Experimento mamão irrigado	2.142	m ²
Experimento limão irrigado	8.100	m ²
Palma irrigada	165,61	m ²
Sorgo irrigado	1485,6	m ²
Umbu irrigado	3.801	m ²
Experimento girassol irrigado	1.256	m ²
Pulverizador costal manual	1	Unid.
Banco de germoplasma mandioca	2.355,6	m ²
Experimento banana	5.390	m ²
Experimento maracujá	1.937	m ²
Experimento uva	690,55	m ²
Horta medicinal irrigada	214,53	m ²
Experimento mandioca	744,08	m ²
Experimento acerola	1206,6	m ²
Batata doce irrigada	67,35	m ²
Feijão irrigado	200,43	m ²
Horta irrigada	120,22	m ²

Fonte: Setor de Campo do IF Baiano, *Campus Bom Jesus da Lapa* (2017).

As estruturas laboratoriais do *Campus* contam com vidrarias apropriadas para as atividades pedagógicas, adquiridas com o propósito de ressignificar o ensino e oferecer condições de ensino firmadas no compromisso de fortalecer a integração teoria-prática. Os materiais estão relacionados na tabela abaixo:

Tabela 4 – Materiais de laboratórios

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Agitador de peneiras	1
Agitador magnético com aquecimento	5
Autoclave vertical	1
Balança analítica	2
Balança eletrônica computadora de preços	1
Banco óptico para estudo da óptica física (física)	4
Banho-maria	1
Barômetro - termo-baro-higrômetro digital	4
Bomba de vácuo	2
Capela de exaustão gases	1
Capela de fluxo laminar vertical	2
Capela exaustão gases	2
Condutivímetro digital portátil	4
Conjunto de peneiras em aço inox, diâmetro de 8" e altura de 2", contendo peneira de 5, 9, 16, 32,60, 4, 8, 16, 30, 50, 100 e 200 mesh/tyler com tampa e fundo	1
Contador de colônias digital	2
Deionizador de água completo	2
Destilador de água tipo pilsen	3
Estação meteorológica automática (temperatura e umidade do solo).	1
Estação total de topografia	1
Estufa de secagem e esterilização	2
Evaporador rotativo à vácuo acompanha banho maria com condensador vertical	1
Forno mufla digital microprocessado	1
Gerador eletrostático van de graaff	5
Gps etrex 20 - sistema global de posicionamento	3
Incubadora com ajuste digital, painel de controle, tipo bod	1
Kit de trados - amostrador de solos para obtenção de amostras deformadas e indeformadas.	9
Kit ensaio de aspersão para irrigação	1
Kit infiltrômetro com anéis de 500 mm e 250 mm	2
Laboratório portátil de física	4
Laser rotativo profissional	2
Lupa eletrônica tipo mouse	1
Manta de aquecimento modelo 125 ml	9
Manta de aquecimento modelo 250 ml	10
Manta de aquecimento modelo 1000 ml	2
Manta de aquecimento modelo 500 ml	2
Medidor de ph (ph metro) digital portátil	5
Medidor de ph de bancada	3
Microscópio biológico trinocular objetivas acromáticas com câmera ocular para microscopia	1
Modelo anatômico, vários, confeccionado em resina plástica.	25
Moinho de facas	1
Paquímetro universal em aço carbono	10
Plano inclinado para estudo da dinâmica (física)	4

Receptor gnss r90-x.	1
Refratômetro digital de bancada	2
Teodolito digital eletrônico completo	2
Turbidímetro digital	2

Fonte: Setor de Laboratórios do IF Baiano, *Campus Bom Jesus da Lapa* (2017).

A Biblioteca do IF Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa* encontra-se instalada em sala construída para esse fim. O balcão de atendimento, as mesas, as cadeiras, as estantes de livros, são adequadas às exigências próprias para esse tipo de espaço. Contém também cabines de estudo individual, e um saguão com mesas apropriadas para pesquisa e estudos coletivos em um ambiente climatizado. São disponibilizados computadores com acesso à internet para os alunos, para a pesquisa e realização de trabalhos acadêmicos.

A atualização do acervo bibliográfico da biblioteca é feito, mediante aquisição de livros, com vistas a atender às necessidades dos cursos oferecidos no *campus*, através da Política de Desenvolvimento de Coleções, que é um documento composto por um conjunto de atividades decisórias que estabelecem critérios para se- adquirir, manter e/ou descartar materiais informacionais, de modo a garantir o desenvolvimento balanceado das coleções, tendo em vista os objetivos institucionais e coletivos, servindo, principalmente, como um instrumento de planejamento e avaliação. As aquisições de livros, são feitas também a partir das bibliografias básicas e complementares conforme os PPCs, indicadas pelos professores e coordenadores de cada curso.

Atualmente, o *Campus* dispõe de aproximadamente 2.870 exemplares de livros nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Tecnologia da Informação e Comunicação, Educação, Ciências Humanas e Exatas, Literatura, entre outras.

Para o desenvolvimento das atividades todos os professores dispõem de notebooks. O *campus* conta ainda com lousas interativas, projetores multimídia e equipamentos de som. Cumpre ressaltar que todas as salas possuem seus respectivos projetores multimídias instalados e em funcionamento.

5.9 PLANOS DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E LABORATÓRIOS

Os objetivos do plano e as suas motivações estão relacionadas à expansão e os benefícios gerais do IF BAIANO – *Campus Bom Jesus da Lapa* foi construído, utilizando-se de pesquisas e levantamentos realizados de maneira a se partir da realidade situacional de todas as suas unidades. São fundamentos básicos e princípios do *Campus Bom Jesus da Lapa*:

- ✓ Ser um espaço de construção do conhecimento, de socialização e de crescimento

individual e coletivo;

- ✓ Respeitar as diferenças, sem desconsiderar os conhecimentos, valores e cultura prévios dos atores envolvidos no processo educacional;
- ✓ Proporcionar uma formação humanística, integral, na qual os conhecimentos partam da prática social e que a ela retornem transformando-a;
- ✓ Contribuir na formação de cidadãos comprometidos com a realidade social, autônomos e empreendedores;
- ✓ Primar por uma formação ética, política e estética para combater às ações que venham reforçar a opressão de uns sobre outros ou degradar a relação do ser humano com a natureza;
- ✓ Garantir o espaço de inclusão aos diferentes meios de atuação pessoal e profissional;
- ✓ Oportunizar formação que contemple os processos de aprendizagem profissional dos estudantes, pensando na sua formação; dos docentes, dos técnico-administrativos, das famílias e da comunidade;
- ✓ Aliar o ensino, a pesquisa e a extensão ao percurso de vida do ser humano e da sociedade;
- ✓ Construir saberes, gerar resultados, tanto na educação básica integrada, como nos técnicos subsequentes, cursos superiores e de pós-graduação, tendo o empreendedorismo e a sustentabilidade como base para a atuação da instituição.

Dessa maneira, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa* caracteriza-se como uma instituição que possui natureza jurídica de autarquia, o que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei de sua criação é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Para a manutenção da qualidade do acervo da Biblioteca do *Campus Bom Jesus da Lapa*, será feito anualmente, mais especificamente no período das férias letivas, as atividades de inventário para contabilizar os itens da biblioteca e o levantamento estatístico para estabelecer a porcentagem de material existente em cada área do conhecimento. A partir daí poder-se-á confrontar estes dados com os cursos oferecidos na instituição e diante destes resultados serão estabelecidas as novas aquisições a fim de atender as áreas desprovidas. Outro

ponto a ser observado serão as estatísticas de empréstimos e consultas. Através deste levantamento, serão estabelecidos quais títulos e quais tipos de materiais serão duplicados ou colocados em desbaste.

Diante dos critérios acima descritos, a atualização do acervo será feita por meio de sugestões de docentes, servidores da biblioteca e técnicos administrativos, alunos e usuários externos. Ainda há de se ressaltar que tal atividade contará com uma comissão própria estabelecida, contando com 1 bibliotecário (membro fixo), 1 docente de cada grande área do conhecimento e 1 representante dos técnicos administrativos.

O IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa possui atualmente 9 laboratórios sendo seis (6) de Informática, um (01) de Química, um (01) de Física/matemática, um (01) de Biologia e um de Agroecologia. A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos visa garantir ao *Campus* uma infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. O *Campus* conta com um Núcleo de Laboratórios responsável por manter a infraestrutura dos Laboratórios em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva. Os profissionais ali lotados deverão apresentar um cronograma anual de manutenção preventiva em todos os equipamentos dos laboratórios do *Campus*. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários diretamente ao técnico responsável.

Com o objetivo de propiciar aos discentes um itinerário formativo calcado na inter-relação entre teoria e prática, potencializando a integração do saber fazer e do fazer, o *Campus* tem como obras previstas a construção de novos laboratórios de informática, laboratórios de análise do solo, ecofisiologia e microbiologia, além da aquisição de equipamentos para o pleno funcionamento dos mesmos. Estes, serão definidos com base em estudo das possíveis análises que serão realizadas pelo *Campus* e posterior aquisição por meio de processo licitatório adequado.

Alguns laboratórios necessitam ou necessitarão de reagentes e equipamentos apropriados para atender as demandas das coordenações de Ensino, Pesquisa e Extensão. O levantamento destes reagentes será sinalizado pela descrição das atividades juntos aos docentes responsáveis por cada laboratório, seguido da realização de processo licitatório adequado e acompanhamento das demandas dos setores.

6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO

A concepção de currículo constitui hoje um elemento significativo que diferentes grupos sociais utilizam para conservar os processos de institucionalização e, ao mesmo tempo, promover a reinvenção e transformação dos conhecimentos historicamente construídos. Devido à importância desse artefato educacional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano busca desenvolver diretrizes para a educação profissional, capaz de superar a formação adestradora e fragmentada de seus sujeitos.

Diante desse aspecto formativo, o currículo escolar assume um caráter polissêmico e macro conceitual, o qual suplanta conceituações reducionistas e/ou generalistas, incorporando questões que vão para além de premissas legais ou modelos conservadores de educação. Nessa perspectiva, o espaço formativo na educação profissional pode ser reafirmado como *lócus* do conhecimento, do convívio e da sensibilidade.

Nesse sentido, o currículo na educação profissional deve criar condições para orientar os jovens e adultos estudantes na interação com a sociedade, levando-os a embolsar “[...] elementos necessários para discutir, além de entender, a ciência que move os processos produtivos e as relações sociais geradas com o sistema produtivo.” (PACHECO, 2012, p. 10).

Assim, na educação profissional, o currículo deve ser pensado como elemento social e cultural, partindo de princípios orientadores que envolvam uma reflexão sobre as questões “para quem”, “o quê”, “por que” e “como ensinar e aprender”, reconhecendo interesses, diversidades, diferenças sociais e, ainda, a história cultural e pedagógica de nossos *campi*.

Tomando por base esses pressupostos e os princípios da educação nacional (constante no art. 3º, da LDB nº 9.394/96), a educação profissional no IF Baiano busca fortalecer os seguintes aspectos para o desenvolvimento curricular: i) ensino integrado à ciência, à tecnologia e à cultura; ii) articulação entre educação profissional e prática social; iii) indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; iv) interdisciplinaridade e transdisciplinaridade asseguradas no currículo e na prática pedagógica; contextualização e flexibilidade dos conteúdos em todos os níveis e modalidades de ensino; v) articulação do ensino com o desenvolvimento socioeconômico-ambientais locais e dos territórios onde os cursos são ofertados; vii) reconhecimento dos sujeitos, das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo; etc.

Considerando o exposto, a organização curricular diante desse contexto, pressupõe a superação das técnicas fragmentadas e reducionistas de um espectro ideológico e funcional à produção na escala do conhecimento. O que implica em não se fundamentar apenas numa

formação profissional relacionada ao termo ‘*ensinar o que serve*’ (FRIGOTTO, 1987), mas sim criar possibilidades de um processo de ensino pautado na formação integral dos sujeitos envolvidos. Diante dessa questão, Frigotto (1987) defende que

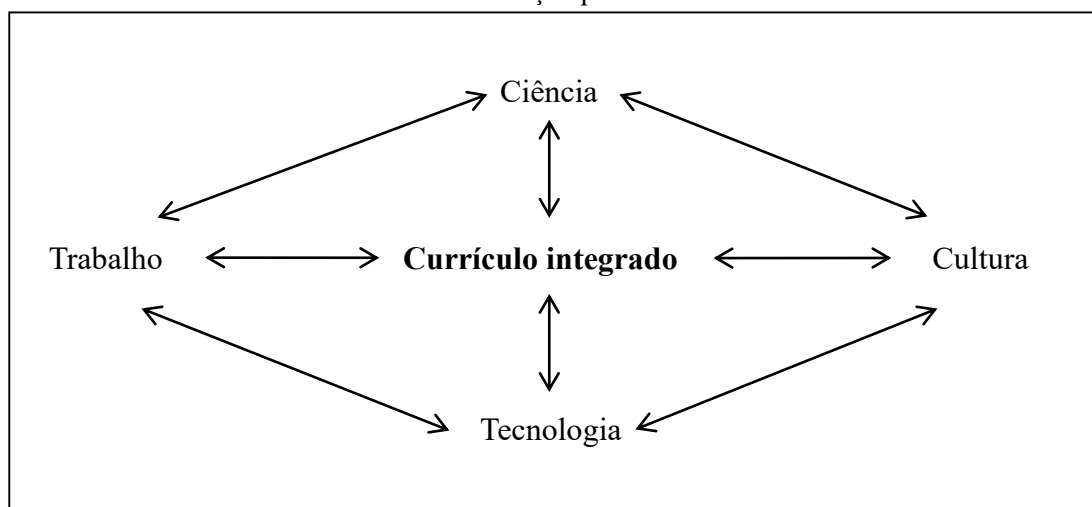
A formação integrada, assumida como princípio educacional, implica superar o pragmatismo que reduz a educação a sua funcionalidade e incluir outras práticas formativas, a exemplo da introdução de elementos de metodologia científica, de ética, de economia e dos direitos do trabalho no ensino da filosofia, do desenvolvimento do trabalho em equipe, de projetos, da generalização da iniciação científica na prática formativa. (FRIGOTTO, 1987, p. 25)

Isso exige a implementação de práticas pedagógicas gestadas na perspectiva de um currículo integrado, pelo qual pode incorporar especificidades condicionantes “[...] no que concerne aos conhecimentos, tempos e metodologias de ensino-aprendizagem adequados às diferentes condições de vida, saberes e graus de letramento dessa população.” (PACHECO, 2012, p. 35).

6.1 CURRÍCULO INTEGRADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

De acordo as reflexões de Pacheco (2012), para pensar a formação humana torna-se relevante partir dos seguintes conceitos/princípios que são interentes a esse processo de formação: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Esses termos aparecem como desafios para potencializar a constituição de um currículo numa qualidade integradora, dinâmica e articulada com os vários grupos e setores da sociedade.

Figura 01 – Conceitos relevantes para compreensão e constituição de um currículo integrado na educação profissional



Pela perspectiva da *ciência*, o currículo compreende o conhecimento sistematizado e significativamente expresso na forma de considerações representativas das relações de forças instituídas e instituintes no âmbito educacional e social. Nesse aspecto, esse termo apreende “[...] conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.” (PACHECO, 2012, p. 65). Assim, os conhecimentos produzidos e organizados em disciplinas científicas podem ser tematizados pela *interdisciplinaridade curricular*¹ e *pedagógica*², levando o Instituto Federal a estruturar seu processo de ensino por orientações integradoras e dinâmicas.

A partir da ciência, pode-se definir a ideia de *tecnologia* no âmbito do desenvolvimento curricular integrado. Esse termo surge como um eixo mediador “[...] entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).” (PACHECO, 2012, p. 66). Diante disso, essa questão - ligada aos princípios norteadores da educação profissional - não só busca superar a ideia de que a tecnologia está somente relacionada aos preceitos da produção industrial, mas também estimulada para a compressão de que as condições técnicas e tecnológicas se enquadram como extensões das capacidades humanas (PACHECO, 2012). Por esse viés, a tecnologia pode ser assumida como uma ferramenta de inovação e transformação das atividades econômicas, condicionando a formação do cidadão e o desenvolvimento local e territorial (BASTOS, 1998).

Tomando por base o conceito de trabalho, pode ser “[...] compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção).” (PACHECO, 2012, p. 59). Partindo desse princípio, a ideia de trabalho dentro currículo não deve se restringir apenas à preparação para o mercado de trabalho, mas incorporar à sua definição valores éticos, morais, políticos, históricos e científicos, capazes de se opor a uma ideia apenas de exploração e alienação da prática econômica. Conforme Pacheco (2012), os princípios norteadores curriculares da educação profissional devem proporcionar um ensino referenciado ao mundo do trabalho, levando os seus sujeitos a compreender as “[...] dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as

¹ Conforme Lenoir (1998), a interdisciplinaridade curricular “[...] consiste no estabelecimento [...] de ligações de interdependência, de convergência e de complementariedade entre as matérias escolares que formam o percurso de uma ordem de ensino ministrado, [...] a fim de permitir que surja do currículo escolar – ou de lhe fornecer – uma estrutura interdisciplinar segundo as orientações integradoras.” (p. 57).

² Para o autor ainda, a interdisciplinaridade pedagógica se configura num contexto transdisciplinar, em que a prática docente se constitui “[...] no âmbito do projeto de produção educativa, aquele que faz certos apelos a diferentes tentativas de aprendizagem e de conhecimento homologados, ressaltando as matérias escolares em jogo [...], mas do qual a realização exige um produto socializado, requerendo também o recurso a outros conhecimentos.” (LENOIR, 1998, p. 58).

suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.” (PACHECO, 2012, p. 67).

Por fim, ao pensar no currículo integrado, a ideia de ciência, tecnologia e trabalho deve atrelar-se ao conceito de cultura, o qual pode ser entendido como um processo de constituição de símbolos, de representações, de significados e, simultaneamente, como prática constituinte e constituída do/pelo tecido social, norma de comportamento dos indivíduos numa sociedade e expressão da organização política dessa sociedade, no que se refere às ideologias que fomentam o desenvolvimento do bloco social (GRAMSCI, 1991). Nesse sentido, a cultura surge como articuladora entre as representações/comportamentos sociais e o processo de socialização/produção do conhecimento no meio escolar.

A partir da integração entre *ciência, tecnologia, trabalho e cultura* no âmbito do processo de ensino, o IF Baiano/*campus* Bom Jesus da Lapa – através de sua proposta político-pedagógica, tem-se o desafio de fomentar o desenvolvimento de um currículo integrado, criando condições para uma formação crítica e integradora de seus sujeitos jovens e adultos.

Diante disso, essas possibilidades de formação podem pautar-se nas seguintes questões:

- Pensar a educação profissional pela perspectiva do mundo do trabalho e não pela necessidade reducionista do mercado de trabalho;
- Articular a participação da família, grupos sociais e instituições públicas e privadas no planejamento e decisões da vida escolar de seus estudantes;
- Levar em consideração as necessidades dos estudantes, bem como as demandas e condições didático-pedagógicas dos professores e do *campus*;
- Reconhecer o instituto como um espaço de memória e desenvolvimento social;
- Incentivar a realização de pesquisa e extensão, capaz de aprimorar a ação da cidadania no meio em que os sujeitos vivem e atuam como ator social;
- Promover a educação ambiental em seus diversos espaços e situações do cotidiano;
- refletir a dimensão socioeconômica e educacional da região ou do território de identidade onde os sujeitos jovens e adultos residem;
- e, dentre outros.

6.2 PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Na perspectiva do currículo integrado, é indispensável uma reflexão em torno da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Este princípio articulador da educação profissional no IF Baiano visa o desenvolvimento local, regional e nacional, fazendo com que a oferta de Cursos Presenciais e à Distância, nos Níveis Médio (modalidades Integrado,

Subsequente e Concomitante) e Superior (Cursos de Graduação em Licenciatura e Bacharelado, Tecnologia e Cursos de Pós-Graduação) desenvolva ações, projetos e programas voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais nos quais ele se insere.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe o desenvolvimento de atividades inter, trans e multidisciplinares, de forma a permitir o conhecimento da realidade profissional e social, dando condições de aproximação entre a instituição e a sociedade. Essa aproximação do meio acadêmico com as questões/grupos sociais acaba por fomentar a reflexão autocrítica, o desenvolvimento de teorias, a prática reflexiva dos estudantes e, conseqüentemente, a emancipação social.

De acordo Pucci (1991, p.33-42), a expressão “*indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*” não deve ser entendida como uma fraseologia de efeito, no entanto deve se constituir como um instrumento na direção da construção de uma instituição de um “*bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática*”, que efetivamente promova a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas.

Diante disso, a materialização deste princípio supõe a realização de projetos educacionais coletivos, pautados em um trabalho que esteja referenciado na avaliação institucional, no planejamento/desenvolvimento das ações institucionais e no julgamento que leve em consideração o interesse e as demandas da sociedade .

Nesse sentido, a unidade entre ensino-pesquisa-extensão desperta para uma organização curricular baseada na abordagem metacognitiva que não preza apenas pelo acúmulo de saberes, entretanto defende os aspectos da problematização, da contextualização e da proposição e/ou soluções de problemas.

Diante do exposto, o desenvolvimento do currículo na educação profissional não se trata apenas da difusão do conhecimento, mas do processamento de uma aprendizagem significativa do estudante que pode ser adquirida e desenvolvida pela experiência e pelo conhecimento específico que se concretiza.

Assim, trazer à reflexão esse princípio da indissociabilidade na perspectiva do currículo integrado, posiciona o IF Baiano numa perspectiva de uma formação cidadã integral, devido o de desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como pela realização de atividades que podem articulam teoria e prática, visitas técnico-pedagógicas, atuação em cooperativas-escolas, oficinas, aulas práticas, aula de campo, estágios curriculares, leitura compartilhada de projetos científico-tecnológicos, dentre outros, através dos quais o sujeito jovem e adulto pensa, reflete e age a partir de situações-problema.

7 DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA

7.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁXIS PEDAGÓGICA

Em consonância com o PDI (2015) os princípios orientadores da práxis pedagógica, no IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, pautam-se na educação democrática e libertadora, na prática política, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, educação para as relações étnico-raciais, educação ambiental, inclusão, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais. Compreende o ato de educar como direito humano fundamental.

A práxis é um modo de compreender a existência a partir da relação entre subjetividade e objetividade, entre a ação e a reflexão. “A reflexão na ação constitui o pensar sobre o fazer, no decurso do próprio fazer, para reelaborá-lo, aperfeiçoá-lo e transformá-lo” (SOUZA, 2001, p. 10). Paulo Freire discute o conceito de práxis no universo pedagógico, como sendo a capacidade do sujeito de atuar e refletir. A educação, à luz das reflexões de Freire, de caráter libertador, tornando os sujeitos críticos e reflexivos, capazes de transformar a realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva.

Diante dessa proposta de projeto educacional democrático, o IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, consciente de sua missão busca investir na melhoria da prática pedagógica de modo a possibilitar diferentes estratégias de ensino-aprendizagem. Tem como orientações basilares de seu percurso metodológico, o desenvolvimento de aprendizagens fundamentadas em situações-problema, projetos, tecnologias interativas de ensino, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório e de campo, grupos de observação e discussão, oficinas (workshops), nivelamento, monitoria, aulas expositivas dialógicas, seminários, dentre outras.

Essas diferentes metodologias dialogam com o itinerário formativo do estudante, assegurando, dessa forma a articulação entre teoria e a prática no sentido de contextualizar a formação acadêmica à realidade de atuação e vivência do educando.

7.1.1. Integração entre Teoria e Prática

Sabe-se que a relação teoria/prática é crucial para a estruturação do conhecimento e a preparação do profissional, no tocante à compreensão da realidade e também atuação no mundo do trabalho, pelas especificidades das atividades produtivas. Busca-se, com isso, romper com o treino em sentido restrito e possibilitar vivências e experiências que conduzam o educando ao

pensamento reflexivo, à problematização do trabalho enquanto relação ciência e prática e ao desenvolvimento da autonomia profissional.

Na perspectiva de unicidade teoria-prática a apropriação dos conhecimentos teóricos não se constitui em processo passivo e acrítico, mas em aquisição – fruto de reflexão, elaboração e reelaboração constantes – fundamentada nas necessidades concretas propostas pela realidade de vida e de trabalho e voltada para a (re)orientação dos processos de ação e intervenção (SOUZA, 2001, p. 09).

Dessa forma, a articulação entre as atividades curriculares teóricas e práticas nos cursos é imprescindível, uma vez que a construção do conhecimento perpassa invariavelmente pela integração de partes da organização, tais como atividades de pesquisa e extensão, ações comunitárias, desenvolvimento de tecnologias, gestões participativas e exercício da democracia. Essa interlocução entre conhecimentos específicos e outras áreas do saber envolve uma linguagem de conceitos, concepções e definições que permitem a formação integral do profissional.

Nessa perspectiva, os projetos pensados e executados no *Campus* devem contemplar o princípio da unidade entre teoria e prática (a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso) tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho. Espera-se que os estudantes concebam projetos de pesquisa, de extensão ou projetos didáticos integradores que visem o desenvolvimento científico e tecnológico da região e/ou contribuam para o fomento do pensamento reflexivo, problematizador e investigativo.

7.1.2 Contextualização e Flexibilização

No que tange ao processo de ensino-aprendizagem, a organização curricular baseia-se também na abordagem metacognitiva que não mais aceita o acúmulo de saberes, mas defende a problematização, a contextualização e a proposição e/ou soluções de problemas. Nesse sentido, não se trata apenas de um conhecimento sobre a cognição, mas de uma etapa do processamento de aprendizagem em nível elevado, que é adquirida e desenvolvida pela experiência e pelo conhecimento específico que se concretizam por meio de desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Nota-se ainda, realização de atividades que articulam teoria e prática, visitas técnico-pedagógicas, atuação em cooperativas-escolas, oficinas, aulas práticas, aula de campo, estágios curriculares, leitura compartilhada de projetos científico-tecnológicos, dentre outros, pelos quais o(a) discente pensa, reflete e age a partir de situações-problema (BRASIL, PCN, 2000, p.12).

A flexibilização da estrutura curricular é o esteio da práxis pedagógica e da integração do currículo, pois propicia diálogo constante entre os componentes curriculares do curso, via

Projeto Integrador, via atividades interdisciplinares, via interação com a comunidade, aprimoramento do perfil do egresso, dentre outras ações.

Nesse ínterim, a flexibilização curricular busca também implantar itinerários curriculares flexíveis, capazes de permitir a mobilidade acadêmica e ampliação dos itinerários formativos dos discentes, mediante aproveitamento de estudos e de conhecimentos anteriores.

7.1.3. Tecnologias da Informação e Comunicação

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano (PPPI, 2014), as estratégias de ensino-aprendizagem devem contemplar metodologias diferenciadas e fazerem uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A evolução das tecnologias da Informação e da Comunicação amplia o acesso à informação e traz mudanças profundas em várias áreas do conhecimento. Com essas novas tecnologias, também se desenvolvem processos de aprendizagem à distância, possibilitando outras formas de construção e acesso ao conhecimento. A Educação à Distância, por exemplo, tem se revelado uma oportunidade de difusão e democratização da educação. Dessa forma, a sociedade passa a ter uma opção de inclusão para a melhoria do processo educacional.

Com o advento das TICs, há o surgimento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), e com eles ferramentas que possibilitam a interação e o compartilhamento de informações em tempos diferentes, atendendo às necessidades individuais de cada usuário, possibilitando assim a aquisição das informações de formas distintas, o que torna o processo de construção do conhecimento mais atrativo.

Diante dessa realidade, o professor precisa buscar utilizar-se dos recursos tecnológicos para a construção e efetivação da aprendizagem. Segundo Moran “o professor agora tem que se preocupar, não só com o aluno em sala de aula, mas em organizar as pesquisas na internet, no acompanhamento das práticas no laboratório, dos projetos que serão ou estão sendo realizados e das experiências que ligam o aluno à realidade” (MORAN, 2004, p. 15). Nesse contexto é preciso criar um ambiente colaborativo de aprendizagem, incentivando a construção de novos conhecimentos.

7.2 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O Planejamento Pedagógico é um instrumento potencializador e organizador do trabalho pedagógico na Instituição. As ações pensadas e articuladas dentro do planejamento precisam estar vinculadas à realidade social, contribuindo de modo efetivo para mudanças na

qualidade da educação ofertada. Para Vasconcellos (2000), o planejamento deve ser compreendido como um instrumento capaz de intervir em uma situação real para transformá-la.

O *Campus Bom Jesus da Lapa* propõe discussões sobre a importância do planejamento como uma prática crítica e transformada, valorizando a sua dimensão política e técnica, pois o ato de planejar não pode ser encarado como uma atividade neutra, aleatória; ele é carregado de intencionalidade e traduz uma escolha política, por isso requer responsabilidade de todos os agentes envolvidos. A dimensão técnica do planejamento é, também, importante e imprescindível, pois envolve o saber fazer da atividade profissional e corrobora para o agir do sujeito no meio em que vive.

Seguindo essa linha, o PDI destaca que a proposta pedagógica do IF Baiano deve estimular a integração dos sujeitos envolvidos no processo, através de atividades coletivas, colaborativas e participativas, incentivando a discussão de temas que resgatem valores éticos, morais, estéticos, culturais e da diversidade. Pautados nesses pressupostos, o IF Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa* busca desenvolver em seus diferentes momentos de planejamento o exercício do diálogo, a troca de experiências, a gestão compartilhada do processo de aprendizagem. Isso significa articular, desenvolver e acompanhar as dimensões técnica e política do ensino, perpassando por atividades que envolvem planejamento, acompanhamento e avaliação.

Nesse contexto, Libâneo (2009, p. 222) destaca o planejamento como “um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Essa articulação possibilita conhecer as necessidades e prioridades básicas, visando atingir o planejamento proposto. Desse modo, o plano pedagógico requer o comprometimento de todos, Docentes, Técnicos, Coordenadores de Curso, Equipe Técnico-Pedagógica, haja vista a importância da participação coletiva para a construção e proposição de estratégias e soluções, às quais, posteriormente orientarão as práticas docentes, as atividades e ações que a equipe pedagógica e demais setores da instituição realizarão.

Ademais, a prática do Planejamento está garantida na LDBEN nº 9.394/96. Em seu Art. 13, prevê que: “os docentes incumbir-se-ão de: II - “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e V - “[...] participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional”.

A legislação assegura e reconhece a importância do planejamento das ações de forma sistemática e flexível, de modo a possibilitar intervenções mais consistentes no processo de

ensino/aprendizagem. O ato de planejar é, portanto, intrínseco à atividade docente. À vista disso, a Instituição de ensino deverá oportunizar os espaços de planejamento e formação, de modo a orientar e comprometer toda a equipe na efetivação do proposto.

Como instrumento norteador do planejamento docente, a Instituição solicita o Plano de Ensino, o qual deve ser elaborado tendo por base o estudante, o componente curricular, as diretrizes educacionais da Instituição, os projetos pedagógicos dos cursos, a fim de se estabelecer os objetivos, estratégias, metodologias e a forma de avaliar que orientará a prática docente. Para tanto, deve-se ter clareza do tipo de sociedade, da educação e do ser humano que a Instituição pretende formar. O Plano de Ensino deve ser socializado com os estudantes no início do período letivo, e constituir-se como um instrumento flexível, cabendo um redimensionamento quando necessário.

Dessa forma, entendemos que o planejamento (individual ou coletivo) deverá ter como base a proposta pedagógica da Instituição e servir como oportunidade para refletir, analisar e avaliar o proposto pelo Projeto Pedagógico da Instituição. Nesse sentido, o IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, consciente da importância do planejamento pedagógico, busca desenvolver em seus espaços de formação, as seguintes ações:

Quadro 6 – Espaços de Formação Pedagógica

Momentos de Planejamento Coletivo	Finalidade
Jornada Pedagógica	Revela-se um momento singular no processo de consolidação da identidade institucional. Isso porque constitui um espaço oportuno para se definir as metas, objetivos e ações que a instituição desenvolverá com vista ao alcance de sua missão. O evento marca o início das atividades letivas e traz consigo as aspirações coletivas dos profissionais da educação e as demandas formativas da comunidade estudantil. Configura-se, portanto, como uma etapa inadiável da organização do processo de ensino-aprendizagem, e realça o compromisso coletivo e a responsabilidade ética que recai sobre cada sujeito do contexto educacional, a fim de que se mobilize e participe efetivamente do planejamento institucional.
Reuniões Pedagógicas	As reuniões pedagógicas possibilitam uma constante avaliação da prática pedagógica, objetivando traçar caminhos e estratégias para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Esses momentos coletivos possibilitam a troca de experiências, o diálogo, o debate de ideias e constitui-se como um processo de formação continuada para os professores e equipe técnico-pedagógica. As reuniões pedagógicas realizam-se regularmente e devem ser previamente estabelecidas conforme calendário de reuniões do <i>Campus</i> .
	Conforme Organização Didática da EPTNM do IF Baiano – <i>Campus Bom Jesus da Lapa</i> , o Conselho de Classe é uma instância coletiva e deliberativa que se destina à promoção da

<p>Conselhos de Classe Diagnóstico e Prognóstico/ Conselhos de Classe Final</p>	<p>qualidade e a atualização do Processo Pedagógico. No <i>Conselho de Classe Diagnóstico e Prognóstico</i>, além dos professores e equipe pedagógica, participam os representantes discentes. É um momento em que a equipe, os estudantes e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, em função do diagnóstico verificado. O <i>Conselho de Classe Final</i> avaliará, respectivamente, em dois momentos sucessivos, o processo pedagógico desenvolvido e o desempenho do estudante ao final do processo. Em ambas as reuniões buscam-se estratégias de melhorias, em função dos resultados identificados.</p>
<p>Reuniões de Coordenação de Curso e Conselhos de Curso</p>	<p>As reuniões de Coordenação são presididas pelo coordenador de cada curso, respectivamente e têm como pilar o planejamento e acompanhamento da execução das atividades pedagógicas do curso em colaboração com a Diretoria Acadêmica e a equipe técnico-pedagógica. Os coordenadores devem realizar reuniões sistemáticas junto ao grupo de docentes do curso. É durante as reuniões de coordenação que se constituem o planejamento das visitas técnicas e atividades práticas do curso. Além dessa perspectiva de planejamento, os Conselhos de Curso, também presididos por seus coordenadores, analisam e assinam documentos relativos à vida acadêmica dos estudantes no âmbito do Curso.</p>

Fonte: IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa* (2017)

7.2.1 Concepção Filosófica

Na visão do Instituto Federal Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, a educação é um processo que possibilita ao sujeito a compreensão da natureza complexa de suas interações, tornando-o ativo em suas aprendizagens e produtor de conhecimento, a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos), tendo em vista a formação científica e tecnológica voltada para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, o *Campus Bom Jesus da Lapa* busca construir, com base em princípios e valores, uma educação que venha a possibilitar uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem.

7.2.2 Metodologia de Ensino

Neste Projeto Político Pedagógico, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos de uma educação integradora e humana. Para a sua concretude, é imprescindível considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os conhecimentos prévios, orientando-os na (re) construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

A proposta metodológica dos cursos ofertados pelo IF Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa* se constitui com base no Projeto Político Pedagógico Institucional e nas Organizações Didáticas do IF Baiano, na qual as diretrizes, a interdisciplinaridade, a relação teoria-prática, relação parte-totalidade e a pesquisa são a base do princípio educativo.

Dessa forma, a metodologia a que se propõe este projeto aponta para a apreensão de categorias, conceitos e processos inter e multi disciplinares fundamentais à vida acadêmica e profissional do estudante.

Por essa razão, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais, na formação de valores e atitudes, tais como:

- i. Problematização do conhecimento;
- ii. Compreensão da totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o ser humano estabelece na sociedade;
- iii. Integração dos conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- iv. Adoção de atitude inter e transdisciplinar nas práticas educativas;
- v. Interação entre a instituição e a sociedade;
- vi. Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no processo de ensino e aprendizagem;
- vii. Contextualização dos conhecimentos sistematizados, bem como a valorização das experiências dos alunos;
- viii. Diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- ix. Elaboração e execução do planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- x. Elaboração de materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- xi. Proposta de trabalho por meio de projetos com o objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo por princípio a contextualização e a interdisciplinaridade;
- xii. Acompanhamento da avaliação no processo educativo como referência para a ressignificação do planejamento e da prática pedagógica.

Esses procedimentos, aliados a uma proposta de ensino que se caracteriza pelo diálogo entre os atores (alunos e professores) e dos saberes práticos e teóricos, em que a formação técnica compreende intrinsecamente a dimensão humana (político, social e cultural) e a

tecnológica (habilitação profissional), podem se concretizar por meio de algumas estratégias didático- pedagógicas, tais como:

- ✓ Aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos;
- ✓ Seminários;
- ✓ Debates;
- ✓ Atividades orientadas individuais e, em grupo;
- ✓ Aulas práticas;
- ✓ Estudos dirigidos;
- ✓ Visitas técnicas;
- ✓ Rodas de Conversa com grupos específicos, a fim de se discutir questões que envolvam o perfil formativo do curso;
- ✓ Palestras;
- ✓ *Workshop*;
- ✓ Uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem.

7.2.3 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo de ensino aprendizagem. É por meio dela que os resultados obtidos são comparados em relação aos objetivos propostos. Avaliação é, portanto, “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão” (LUCKESI, 1995, p. 69). Também para Grinspun (2001) a avaliação constitui-se como uma *tomada de decisão*. “Esta tomada de decisão envolve uma teoria, um posicionamento que fundamentará as decisões a serem tomadas, portanto não se avalia no vazio ou numa neutralidade de ação. Avalia-se com algum objetivo e finalidade” (GRINSPUN, 2001, p.227). Sendo assim, a avaliação dos resultados obtidos deve ter como objetivo a melhoria dessa qualidade constatada.

Partindo desse princípio, a avaliação da aprendizagem, no IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* tem sido realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno em relação à programação curricular, permitindo a reorientação do planejamento educacional, conforme preceituam a Lei 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB 6/2012.

Desta forma, a avaliação, em consonância com os objetivos educacionais do IF Baiano, busca abranger aspectos qualitativos e quantitativos, devendo os primeiros preponderar sobre os segundos; os aspectos qualitativos referem-se ao nível de desempenho atingido pelo aluno

em conexão com os objetivos propostos pelo professor e os aspectos quantitativos procurarão demonstrar a extensão dos objetivos atingidos pelo aluno.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve ter como parâmetro os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IF Baiano e o perfil de egressos de cada curso explícito nos Projetos Pedagógicos de Curso.

7.2.4 Estratégias de Permanência e Êxito do Educando

As políticas de ensino do IF Baiano promovem ações em torno de projetos de nivelamento, monitoria e tutoria acadêmica, com o objetivo de possibilitar a permanência e êxito do (a) educando (a), viabilizando a construção de uma estrutura curricular flexível, interdisciplinar e integradora dos diferentes campos do saber humano, científico, cultural, tecnológico e social.

No que tange ao projeto de nivelamento, o estudante deverá ser submetido à realização de uma avaliação diagnóstica e na medida das suas necessidades e possibilidades, a instituição deverá organizar atividades de nivelamento (cursos, grupos de estudo, oficinas), privilegiando os conteúdos cujas dificuldades se apresentaram como um entrave ao pleno êxito dos educandos nos cursos escolhidos. Já a Tutoria acadêmica tem por finalidade acompanhar e orientar, individualmente, a vida acadêmica dos estudantes regularmente matriculados nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e nos Cursos Superiores.

A monitoria de ensino, compreendida como uma atividade acadêmica para a melhoria do ensino, visa à articulação entre teoria e prática, bem como a integração curricular em seus diferentes aspectos. As atividades são desenvolvidas pelos (as) monitores(as) e orientadas pelo(a) professor(a) responsável pelo projeto, sob a supervisão dos(as) Coordenadores(as) de Cursos e Diretoria Acadêmica dos *Campi* do IF Baiano. Atualmente, a monitoria tem representado no *Campus* Bom Jesus da Lapa, uma das estratégias mais significativas de permanência e êxito do educando, devido à participação efetiva dos (as) monitores (as) e dos discentes em seus horários de atendimento de monitoria.

Ademais, a Política de Assistência Estudantil instituída pela Resolução nº 64 de 2016, constitui-se de um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, bem como a inserção socioprofissional do estudante, com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial. Dentre os programas dessa Política de Assistência estudantil temos o PAISE - Programa de Assistência e Inclusão

Social do Estudante, o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP) e a Política de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas, as quais têm contribuído de modo singular para o êxito do aluno em seu processo de aprendizagem.

O Programa de Iniciação Científica (PIBIC) também é uma das estratégias de permanência e êxito do educando, pois o possibilita a atuação de discentes nos projetos de pesquisa aprovados pela Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação e pela Direção Geral.

O Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino, Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando, composto por Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogo, atua diretamente nas ações de acompanhamento pedagógico aos discentes e professores, ampliando essa atenção junto à família do educando. Dentre outras atribuições, o Núcleo auxilia na gestão do projeto político-pedagógico e na formação continuada de professores.

7.3 AULAS PRÁTICAS E VISITAS TÉCNICAS

As aulas práticas e visitas técnicas são atividades que buscam vincular o conhecimento prático ao contexto escolar, com vista à ampliação dos conhecimentos gerais dos alunos e à participação destes em eventos culturais, esportivos e educacionais.

A necessidade de efetivação de um currículo integrador e contextualizado, a parceria com as empresas e com os arranjos produtivos locais, face às exigências e inovações do mundo do trabalho é o que se busca nas visitas e aulas práticas realizadas pelo Instituto Federal Baiano.

As visitas técnicas devem ser realizadas com base nas Normas e Procedimentos Internos de Visitas Técnicas para os Cursos Técnicos e Superiores. O regulamento interno prescreve a organização, regulamentação e critérios para visitas técnicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*. Nesse documento orientador, define-se visita técnica como uma atividade complementar aos conhecimentos teóricos. São consideradas visitas técnicas: I. Visitas a instituições públicas e privadas; II. Visitas a empresas e/ou institutos de pesquisa, de serviços e/ou produção e/ou instituições de ensino; III. Visitas a propriedades rurais ou locais públicos. Essas atividades deverão transformar-se em produtos ou ações (palestras, textos, contribuições ao planejamento das disciplinas, trabalhos dirigidos, exposições, seminários, relatórios, entre outros) para a comunidade interna e /ou externa.

O planejamento das visitas técnicas deverá ser realizado a cada período letivo, no âmbito da coordenação de cada curso, buscando atender de forma equânime todos os cursos ofertados pela instituição.

Nas visitas e aulas práticas, os estudantes buscam vincular o conhecimento prático ao contexto escolar, visando analisar, avaliar, observar a relação teoria e prática, contribuindo, assim, para o aprimoramento da formação profissional e pessoal.

7.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular considera o disposto na legislação vigente, Lei nº 11.788/2008, no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, na Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano conforme Resolução CONSUP IF Baiano nº 06, de 29 de março de 2016. No âmbito do curso técnico em Agricultura, terá caráter obrigatório, sendo, portanto, requisito para a conclusão do curso, com carga horária de 200 horas.

Conforme o Art. 10 § 1 da Lei 11.788/2008, a jornada diária máxima de atividade em estágio será de 6 (seis) horas, perfazendo 30 (trinta) horas semanais e para os alunos que não estiverem frequentando aulas presenciais, poderá ser computada até 8 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

O estágio será realizado exclusivamente no período compreendido entre o término do primeiro semestre letivo, devendo ser finalizado até 90 dias da conclusão do último semestre letivo do curso. A finalização das atividades do estágio compreende a entrega do relatório final.

O(a) discente que não realizar o estágio obrigatório, até o último período letivo previsto na Estrutura Curricular do Curso, deve renovar a sua matrícula para realizá-lo, tendo prazo máximo de 90 dias para entrega do relatório.

O estágio deve ser realizado pelos discentes regularmente matriculados e que estejam frequentando o Curso ofertado pelo IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*.

Compete à instituição, através do Núcleo de Relações Institucionais (NRI), levantar as possibilidades de estágio nas unidades cedente, disponibilizando informações aos estudantes, bem como encaminhamentos necessários para o desenvolvimento da prática profissional inerente ao referido setor.

O estágio deve ser realizado junto:

- ✓ Às pessoas jurídicas de direito privado, como empresas, propriedades rurais, ONGs, cooperativas e associações afins, dentre outros;
- ✓ Órgãos da administração pública direta, autárquia e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No caso do estágio

ser realizado na própria instituição, caberá ao setor responsável determinar o número de vagas disponíveis;

- ✓ Profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, conforme o Art. 9º, da Lei nº 11.788/2008.

No caso de estudantes envolvidos em atividades de pesquisas e extensão, devidamente cadastradas nas respectivas Coordenações de Pesquisa e Extensão no *Campus*, a carga horária do estágio poderá ser computada em até 100 % do total da carga horária mínima de estágio, desde que estas atividades tenham sido desenvolvidas na área de agricultura.

A orientação, acompanhamento e avaliação do estágio deverão ser feitos tanto pelo *campus*, quanto pela unidade cedente, conforme regulamentação de estágio. O estudante terá um professor-orientador, preferencialmente, da área técnica, além do supervisor da unidade cedente, junto aos quais deverá elaborar o Plano de Atividades de Estágio e proceder a assinatura do Termo de Compromisso. Ao finalizar as atividades o estudante descreverá a experiência em um relatório técnico, em modelo padrão definido pela instituição, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7.5 ATIVIDADES ARTÍSTICO CULTURAIS

As atividades artísticas e culturais no âmbito do *Campus* são incentivadas através de projetos musicais, manutenção de grupo de teatro e realização de festivais de arte e cultura periódicos. Em relação aos projetos musicais, atualmente estão em andamento: Grupo de Flautas Recordari, Coral Baiano Encanto e aulas de violão. O teatro, por sua vez, é estimulado através do Grupo Teatral Sertão em Cores, que mantém uma agenda semanal de oficinas e ensaios. Periodicamente, o *Campus* realiza eventos de estímulo à Arte e Cultura, através da apresentação de projetos em editais da Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano, os quais são desenvolvidos de forma anual.

7.6 POLÍTICAS DE PESQUISA E EXTENSÃO

As ações de pesquisa e extensão no âmbito do IF Baiano - *Campus* Bom Jesus da Lapa, em articulação com o ensino, deverão integrar um processo educativo de formação do indivíduo como investigador e empreendedor, visando, além da produção e difusão de conhecimentos nos diversos campos do saber, da arte e da cultura, a inovação e a solução de problemas de cunho social, científico e tecnológico. À vista disso, a pesquisa e extensão deve favorecer o desenvolvimento social, econômico e cultural, buscando, por meio de suas ações, dialogar com

as comunidades locais e regionais onde a instituição está inserida; fomentar a realização de projetos para o atendimento das demandas dos arranjos produtivos sociais e culturais; difundir a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica geradas dentro do IF Baiano; promover o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais para a conservação do meio ambiente; socializar e democratizar o conhecimento produzido e existente na instituição.

As Coordenações de Pesquisa e Extensão junto aos Colegiados e Conselhos dos Cursos fomentam a participação dos alunos nos mais variados editais de pesquisa e extensão internos e externos ao Instituto, contribuindo para o avanço científico e tecnológico do país, para a formação de seus alunos e promovendo ainda o desenvolvimento local e regional.

8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Diante do empenho ao cumprimento de sua missão institucional, firmemente comprometido com a equidade, justiça social e cidadania, o Instituto viabiliza a promoção de programas políticas que possam garantir o acesso efetivo ao ensino de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os programas de inclusão visam possibilitar a entrada, permanência e conclusão do curso pela comunidade que atende a unidade de ensino.

Nestes termos, fica delimitado o compromisso social e os esforços socioeducacionais do IF Baiano para atender às necessidades específicas dos estudantes, frente à sua missão de ofertar uma Educação Profissional de qualidade, pública e gratuita em todos os níveis e modalidades, de modo a formar sujeitos numa perspectiva da formação integral para o pleno exercício da cidadania, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico do país.

Atendendo a estes princípios oferecer condições de acesso e permanência dos discentes nos cursos ofertados pelo *Campus* de Bom Jesus da Lapa é uma das estratégias de formação acadêmica.

Em alinhamento ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (2010), ao Projeto Político Pedagógico Institucional (2014), todos referenciando e alinhando diretrizes à Implementação da Política de Assistência Estudantil e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019) que prevê a Implementação da Política Estudantil, cuja responsabilidade está a cargo da Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE (pró-reitoria de Ensino) e a execução sob responsabilidade das Coordenações de Assuntos Estudantis dos campi, o *campus* Bom Jesus da Lapa, prevê a manutenção e ampliação das políticas já consolidadas, além de outras que diminuam a situação de vulnerabilidade social de parte da comunidade assistida, promovendo a assistência integral, mantendo e ampliando gradativamente as ações que garantam esse direito.

Dentre as diversas Políticas existentes, o Instituto, em particular o *Campus* Bom Jesus da Lapa, possui as Políticas de Acesso e Permanência de Estudantes, Política de Assistência Estudantil, Política de Diversidade e Inclusão, Políticas de Valorização e Formação Continuada de Servidores e Políticas de Acompanhamento ao Egresso.

8.1 POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES

É compromisso desta instituição estabelecer diretrizes de forma coletiva, participativa e multirreferencializada, com o objetivo de atender às necessidades psicossociais e econômicas que afetam o contingente envolvido, tendo como ponto de partida a realidade educacional

verificada e as políticas educacionais federais, que interpretadas, são transformadas em programas, projetos e ações a serviço da comunidade estudantil.

As políticas de acesso desenvolvidas no *Campus* Bom Jesus da Lapa deve partir primordialmente da identificação das possíveis causas de evasão, planejamento de ações e avaliação dos resultados alcançados.

Com o objetivo de melhor atender as demandas e necessidades particulares da região e suas peculiaridades, assim como da realidade local e forma de vida dessa população, a equipe multidisciplinar de acompanhamento de discentes, com o apoio dos docentes, discentes e representantes da comunidade local devem desenvolver as políticas de acesso a partir da assistência estudantil, do respeito à diversidade e inclusão e da política de acompanhamento de egresso. Neste sentido, a partir que as situações sejam apontadas, identificadas e ocorridas, as políticas irão se implementando e efetivando no *campus*.

8.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil constitui-se de um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, bem como, a inserção socioprofissional do estudante com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial.

No IF Baiano, a Política de Assistência Estudantil deverá abranger, através de seus programas, todos os estudantes regularmente matriculados, ressaltando-se que os programas que demandarem recursos financeiros serão utilizados, prioritariamente, para atender às necessidades do corpo discente, cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio vigente.

8.2.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)

O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE é destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio vigente – conforme definido pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – para garantia da permanência na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido. O *Campus* atualmente disponibiliza cerca de 126 auxílios nas modalidades de Transporte, Alimentação,

Creche, Moradia em forma de pecúnia mensalmente, atendendo aproximadamente 58% dos alunos inscrito em seleção via edital, com perfil socioeconômico estabelecido em lei vigente. Além disso, oferece auxílio eventual, o qual consiste na concessão de repasse financeiro ao estudante, caracterizado como ajuda de custo para necessidades específicas, relativas a demandas emergenciais.

Destaca-se também como ação vinculada a este programa, a alimentação concedida no refeitório do *Campus*, o qual contempla atualmente 290 discentes matriculados em cursos integrais (manhã e tarde) e/ou que esteja desenvolvendo atividades de pesquisa, extensão, monitorias de ensino e atendimentos pedagógicos em turno oposto às atividades de sala de aula.

8.2.2 Programa de Assistência Integral à Saúde -PRÓ-SAÚDE

O Programa de Assistência Integral à Saúde visa criar mecanismos para viabilizar a saúde preventiva do estudante, por meio dos serviços de atendimento médico, odontológico, psicológico, de enfermagem e nutrição, desenvolvendo programas, projetos e ações como: campanhas de vacinação, doação de sangue, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, saúde bucal, higiene corporal e orientação nutricional.

O *Campus* Bom Jesus da Lapa está em processo de implantação de equipe multidisciplinar capacitada para realização dos serviços mencionados, atualmente composta por Nutricionista, Psicólogo, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem. Algumas ações relacionadas a este programa são realizadas por intermédio de parcerias e convênios com o Sistema Único de Saúde – SUS, através das Secretárias Municipais de Saúde, Posto de saúde das cidades de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho.

Através do PRÓ-SAÚDE é realizado atendimento individual aos discentes nas áreas de nutrição, psicologia e enfermagem, assim como os encaminhamentos que necessitem de assistência à saúde de nível mais complexo.

8.2.3 Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP)

O Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP) tem como finalidade acompanhar os discentes em seu desenvolvimento integral a partir das demandas diagnosticadas no cotidiano institucional por meio de atendimento individualizado ou em grupo, por iniciativa própria ou por solicitação, ou ainda por indicação de docentes, pais e/ou responsáveis. Tendo como público-alvo todos os estudantes, independente da sua condição

social, desenvolvendo ações de natureza preventiva e interventiva, visando o bem-estar e a melhoria do desempenho acadêmico.

O *Campus* instituiu o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI), atualmente composto por Assistente Social e Psicólogo, prestando atendimento individual e ou em grupo aos estudantes que procuram o serviço por demanda espontânea ou por encaminhamentos de docentes e /ou pais.

Para a execução do Programa, o NAPSI promove ações de prevenção relativas ao comportamento e situações de risco, fomenta diálogos com familiares dos discentes, e realiza acompanhamentos sistemáticos às turmas de modo a identificar dificuldades de qualquer natureza que possam refletir direta ou indiretamente no seu desempenho acadêmico.

Atualmente um dos objetivos da NAPSI no *Campus* é instituir o Projeto de Incentivo a Aprendizagem – PINA, o qual engloba a concessão de Bolsas de Aprendizagem para estudantes (mediante recursos próprio do *Campus*) de comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, devidamente matriculados no IF Baiano, vinculados aos cursos de ensino presenciais. Essas bolsas de Aprendizagem estarão vinculadas aos Projetos de Incentivo a Aprendizagem, elaborados por professores e técnicos administrativos deste *Campus*, objetivando incentivar o estudo e a pesquisa; a complementação à aprendizagem e o crescimento pessoal e profissional do estudante.

8.2.4 Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer –PINCEL

O Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL) tem por finalidade garantir aos discentes o exercício dos direitos culturais, as condições para a prática esportiva, do lazer e o fazer artístico, visando à qualidade no desempenho acadêmico, a produção do conhecimento e a formação cidadã.

São objetivos do PINCEL: apoiar e incentivar ações artístico-culturais visando à valorização e difusão das manifestações culturais estudantis; garantir espaço adequado para o desenvolvimento de atividades artísticas; estimular o acesso às fontes e espaços culturais e de lazer; proporcionar a representação do IF Baiano em eventos esportivos e culturais oficiais, bem como, apoio técnico para realização de eventos de natureza artística.

Atualmente temos no *Campus* alguns grupos desenvolvendo atividades, tendo como público-alvo tanto comunidade interna quanto externa, objetivando a implementação deste programa e ofertando: atividades artísticas com o Grupo de Teatro Sertão em Cores; atividades de música com aulas de canto com o Coral Encantos Baiano; aulas de iniciação à flauta doce com o Grupo de Flauta Bem Baiano e Grupo Recordari; atividades esportivas com Grupo de

Taekwondo e com os jogos internos realizados anualmente.

8.2.5 Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica -PROPAC

O Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica (PROPAC) visa a realização de ações que contribuam para o exercício da cidadania e do direito de organização política do discente. O PROPAC estimula a representação discente através da formação de Grêmios, Centros e Diretórios Acadêmicos, bem como garante o apoio à participação dos mesmos em eventos internos, locais, regionais, nacionais e internacionais de caráter sociopolítico.

8.3 POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A implementação de políticas públicas que tratam da diversidade e inclusão é objeto de discussão no âmbito da educação nacional. Essas políticas têm como finalidade buscar alternativas para garantir os direitos das pessoas (com ou sem deficiência), em situação de vulnerabilidade social e, simultaneamente, reiterar, focalizar e assegurar o respeito à diversidade humana.

A forma inclusiva da promoção da diversidade é ensinar a conviver, respeitar, promovendo, conseqüentemente a igualdade de condições. A Inclusão se dará também por esse aspecto, acolhendo todas as pessoas, sem exceção, ao sistema de ensino, tendo a escola este dever constitucional.

A efetiva consolidação dessas políticas no *Campus Bom Jesus da Lapa* estabelece, de acordo com a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano (Resolução nº12 – CONSUP/IFBAIANO 2012), os Núcleos de estudos Afro-brasileiros e Indígenas, o Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais, o Núcleo de Estudos sobre a Diversidade Sexual, o Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher, além do Núcleo de Apoio ao Adolescente sob medidas socioeducativas, permeando todas as ações a serem desenvolvidas no *Campus*. Tais núcleos compõem o PEDH – Programa de Educação em Direitos Humanos, indissociável das ações de ensino pesquisa e extensão, que visa contribuir para a formação do cidadão pautada no respeito à diversidade. Além do PEDH, outros Programas compõem a Política de Diversidade e Inclusão, como: o PRO-COTAS (Programa de Cotas), o PAPNE (Programa de atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e o PIJAEP (Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional).

O PRO-COTAS visa reduzir as desigualdades nas condições de acesso ao Ensino Profissional. O PAPNE, na mesma orientação dos outros programas, objetiva garantir o acesso, permanência e saída com êxito dos discentes do *Campus* que possuem necessidades específicas para o desenvolvimento de suas competências e habilidades. Para o desenvolvimento do PAPNE, o *Campus Bom Jesus da Lapa* conta com o NAPNE –Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, formado por uma equipe multiprofissional. Por fim, o PIJAEP é destinado a oportunizar aos jovens e adultos condições para a atuação do mundo do trabalho, formando-os como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Tal programa conta com o Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade (NEITI), com o Núcleo de Educação para Apenados (NEPA), com o Núcleo de Apoio, Prevenção e Socialização de Adictos (NEAPRA) e com o Núcleo de Educação para a Sustentabilidade no campo.

8.4 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES

A valorização e formação continuada dos servidores da educação são elementos de primeira ordem na discussão desse Projeto Político Pedagógico, tendo em vista o reconhecimento dos saberes adquiridos, o processo contínuo de formação, desempenho na vida laboral dos servidores do IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* e a qualidade da educação oferecida por essa instituição.

Nóvoa (1991) argumenta que a escola deve ser vista como espaço de formação continuada do educador. Uma ambiente em que:

[...] a formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. (NÓVOA, 1991, p. 30).

Nessa perspectiva, a valorização e a formação continuada dos professores e técnicos do IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa*, além de ser um compromisso político-pedagógico da instituição, está previsto do Art. 67, Título V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/1996) segundo a qual “[...] compete aos sistemas de ensino promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”. Nesses termos, a referida Lei sanciona que sejam cumpridos os seguintes pré-requisitos:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1997, Art. 67).

Desse modo, coube ao IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* a definição de uma política de valorização e formação continuada dos servidores dentro dos princípios da Gestão Democrática e com vistas a uma melhor condição de trabalho dos seus servidores. Tendo como alvo a motivação dos educadores no desenvolvimento dos objetivos e metas a serem alcançadas pela instituição.

No que se refere a condição de trabalho, o *Campus*, prioriza o aprimoramento dos recursos didáticos e materiais com laboratórios equipados, setores de produção, máquinas e equipamentos pedagógicos. No âmbito das políticas destinadas ao recursos humanos a perspectiva adotada é o plano de carreira, nomeação de docentes com dedicação integral à instituição e incentivo a qualificação.

Nesta direção, o IF Baiano assinou o Termo de Acordo de Metas e Compromissos com o Ministério da Educação. Esse documento prever na meta 08 a implementação de cursos de formação inicial e continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional. Além disso, o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que prevê:

- I - melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II - desenvolvimento permanente do servidor público;
- III - adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- IV - divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
- V - racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Essas políticas são utilizadas como o objetivo de melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e promover o desenvolvimento permanente do servidor, possibilitando sua capacitação contínua, de forma a superar os desafios impostos pelas constantes transformações sociais e inovações tecnológicas e atender os novos perfis profissionais demandados no setor público. Sob a luz do Decreto nº 5.707/2006 e dos Decretos 5.824/2006 e 5.825/2006, além do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB – Lei nº 9394/96), Plano Nacional da Educação – 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014) e PDI (2015) o IF Baiano contemplou em seu planejamento estratégico 2015-2019, a elaboração de programa de capacitação e qualificação que institua a política e as diretrizes para o desenvolvimento dos servidores e para atendimento das demandas específicas ao cargo e aos ambientes organizacionais. Um dos seus dezenove objetivos estratégicos a ser perseguido é “*Aprimorar e ampliar as políticas de qualificação e capacitação de servidores*”, que indica a necessidade de investir em qualificação e capacitação técnica e gerencial continuada em todos os níveis (operacional, tático e estratégico), com foco no desenvolvimento de competências.

Assim, busca implementar uma política de valorização e formação continuada de servidores, que abrange o desenvolvimento de Programa de Apoio à Qualificação Profissional para Técnicos e Docentes e o respeito ao plano de carreira e o regime de trabalho docente e técnico administrativo. Dentro desses princípios e embasamentos legais que o *Campus Bom Jesus da Lapa* implementa ações que tenham como objetivo a valorização e formação continuada dos seus servidores.

8.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento de egressos é de fundamental importância, pois possibilita o conhecimento das habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes ao longo do processo de formação. Dessa maneira, poderá nortear estratégias para superação de eventuais problemas.

O acompanhamento se dará através de estratégias de monitoramento da trajetória profissional dos formados. Em linhas gerais, serão consideradas as seguintes metas do processo de acompanhamento:

- Avaliar o desempenho dos cursos através do acompanhamento da situação profissional e acadêmica dos ex-alunos;
- Manter registro atualizado dos alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre os ex-alunos, através das atividades socioculturais, como forma de garantir a continuidade de sua relação com a instituição e a socialização das informações sobre sua vida profissional e acadêmica;
- Divulgar constantemente a inserção de egressos no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico.

Para tanto, o Núcleo de Relações Institucionais deverão organizar:

- Banco de dados atualizado dos egressos, contendo informações detalhadas sobre a trajetória acadêmica e profissional do ex-aluno;
- Página e/ou endereço eletrônico para que os egressos se comuniquem com a instituição;
- Calendário de eventos produzidos pelo Curso / IES com convite extensivo aos ex-alunos, destacando-lhes a importância da formação continuada e troca de saberes.

9 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A realidade educacional que se apresenta tem demandado cada vez mais dinamismo da formação de seus indivíduos, expertises e compromisso com a comunidade que o cerca. Assim, o Instituto Federal Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* por meio da práxis pedagógica (ação-reflexão-ação) tem promovido uma Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), voltada para a formação política, reflexiva e questionadora.

A oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio organiza-se nas formas subsequente e integrada e orienta-se pelos dispositivos legais norteadores, dentro os quais citamos o PDI (2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), a Resolução 06/2012 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e as Resoluções CNE/CEB nº 04/2010 e nº 02/2012, que inauguram as Disciplinas das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica e para o Ensino Médio. Além disso, podemos elencar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2014), que apresenta os eixos tecnológicos a partir dos quais os cursos podem se organizar.

Na perspectiva do referido catálogo, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos formativos, possibilitando itinerários flexíveis, diversificados e atualizados, segundo o interesse dos sujeitos e possibilidades da instituição, observadas as normas internas do IF Baiano. A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, ao caracterizar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ressalta em seu Art. 33 que a organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica por eixo tecnológico fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos.

Do ponto de vista institucional, por sua vez, a oferta é regulada pela Organização Didática da EPTNM, que em sua gênese incorpora princípios relacionados à organização, implementação e avaliação do ensino. Entretanto, compete ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (PDI, 2015, p. 68) assinalar os princípios gerais que orientam o processo educativo do IF Baiano, dentro os quais elenca:

igualdade de condições para acesso, permanência e conclusão com êxito nos estudos; b) respeito à pluralidade cultural, gênero, valores éticos, estéticos e políticos; c) desenvolvimento de ações educativas numa perspectiva inclusiva e garantia dos direitos humanos; d) contemporização e reconhecimento das questões indígenas, remanescentes quilombolas, negros, caboclos, populações ribeirinhas e do campo, assentamentos, ciganos e demais etnias e grupos sociais

discriminados; e) flexibilidade, contextualização e interdisciplinaridade curricular; f) formação integral e integrada entre a educação básica e a educação profissional; g) qualificação para o trabalho competente a partir dos conhecimentos científicos e tecnológicos, responsável a partir da consciência ambiental e sustentável; h) valorização dos arranjos socioprodutivos locais e regionais nas propostas curriculares; i) coadunação entre teoria e prática, tendo a práxis pedagógica como fundante na formação profissional; j) fortalecimento da identidade do curso, através dos perfis profissionais de conclusão de curso; l) acompanhamento do egresso, para inserção qualificada e competente no mundo do trabalho; h) autonomia na elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos.

Os princípios arrolados no PDI se materializam na organização pedagógica institucional, fazendo-se presente não apenas nas concepções, mas nas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Entende-se, neste contexto, que o *Campus* pensa não apenas na democratização do acesso, mas na garantia do êxito e do sucesso escolar, a partir dos eixos indissociáveis. Há nesse processo, uma relação imbricada com os segmentos sociais dos territórios de adjacência, como forma de atender não apenas as necessidades formativas, mas também os anseios pelo desenvolvimento local responsável e sustentável.

Notadamente, o que se evidencia na EPTNM do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa é uma práxis pedagógica que concebe em seu programa curricular a abordagem didática da valorização do estudante, em seus aspectos mais diversos quer sejam religiosos, étnicos, de gênero, de origem, entre outros. Isso é ratificado no PDI ao mencionar “contemporização e reconhecimento das questões indígenas, remanescentes quilombolas, negros, caboclos, populações ribeirinhas e do campo, assentamentos, ciganos e demais etnias e grupos sociais discriminados”. (PDI, 2015, p. 64)

A EPTNM *Campus* Bom Jesus da Lapa elege como escopo, romper com a dicotomização historicamente construída em que não se podia atrelar o ensino profissionalizante à educação propedêutica.

A história do ensino médio no Brasil é a história do enfrentamento da ambiguidade de um nível de ensino que oscila entre as finalidades de promover a educação geral e a educação profissional, ora separadas, ora articuladas, ao sabor das políticas públicas de cada período. (KUENZER, 2009, p.7-8).

Contrário ao que está posto acima, e atento às demandas sócio educacionais do Território do Velho Chico (TVC), o *Campus* oferece 03(três) cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio: Informática, Agricultura e Agroecologia que visam potencializar os arranjos sociais e produtivos, bem como as riquezas naturais da região, colaborando com a sua economia.

A forma de ingresso nos cursos do Ensino Médio do IF Baiano se dá por meio da análise do desempenho global do estudante no Ensino Fundamental. Cabe ressaltar que em consonância com as Leis 11.645/2008 e 12.711/2012 são reservados percentuais de vagas para candidatos oriundos de escolas públicas que se autodeclaram negros, pardos e indígenas, outras etnias, bem como para estudantes com deficiência.

O respeito a tais critérios de seleção denota o cuidado e o compromisso do IF Baiano com uma sociedade mais justa e equânime, pois preconiza a necessidade de seguir as políticas de ações afirmativas em um país que teve seu passado marcado por tantas desigualdades.

O rompimento com a formação restrita para o mercado de trabalho, uma das outras marcas do IF Baiano, é necessário para que haja um novo ordenamento social, assegurando-se assim uma formação ampla, compreendendo-se as relações sociais subjacentes a todos os fenômenos e a ligação entre conhecimentos gerais e específicos, sob os eixos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Assim, as Diretrizes que norteiam o ensino Médio de Nível Técnico no IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa* pressupõem a reflexão sobre os desafios contemporâneos impostos à escola, sobretudo em razão dos processos de tecnologização social, que de forma muito ágil modificam as formas de se produzir e se relacionar no meio social. Há, pois, neste contexto, grandes desafios. O maior deles está na necessidade imperiosa que se coloca de elevar os indicadores educacionais da educação básica, mediante a garantia de condições de permanência e êxito no processo formativo. O PDI (2015, p. 65), por sua vez, elenca como um desses desafios “articular exigências legais tão gerais para os multifacetados contextos e para as diferentes necessidades apresentadas pelos estudantes brasileiros”.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2012, a qualidade da oferta da tríade “Educação Básica, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida” contribui significativamente para a promoção dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e dos empregadores, bem como dos interesses sociais do desenvolvimento socioeconômico, especialmente, tendo em conta a importância fundamental do pleno emprego, da erradicação da pobreza, da inclusão social e do crescimento econômico sustentado.

Nessa perspectiva, dosar conhecimento propedêutico e técnico figura como um dos grandes imperativos da oferta integrada. Os cursos organizam-se por uma base nacional comum, denominada Eixo Estruturante, e um Eixo Tecnológico. Cada curso possui um Eixo Tecnológico Específico, com carga horária de 1200 horas, organizado em torno de temas ligados diretamente às demandas formativas do contexto de atuação profissional.

A Base Nacional Comum, com uma carga horária mínima de 2.000 horas, contempla conteúdos ligados às linguagens, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, objetivando a formação cidadã e o domínio de conhecimentos científicos e culturais. Além da parte diversificada do currículo, em que se encontra uma língua estrangeira optativa, há ainda o Núcleo do Projeto Integrador, componente curricular que busca promover uma articulação pedagógica entre os demais núcleos curriculares, proporcionado inclusive a experiência científica por parte do estudante.

Além desses núcleos, existe um componente denominado Estágio Supervisionado, cuja carga horária varia entre 160 e 200 horas, o qual é concebido como campo educativo de conhecimento e pesquisa, a fim de possibilitar a formação profissional em múltiplos espaços/formatos, sendo regulado pela Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Na forma subsequente, por sua vez, os projetos de cursos Técnico em Informática e Técnico em Agricultura ofertados pelo *Campus Bom Jesus da Lapa* possuem cargas horárias de 1.200 horas, conforme previsto do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Os projetos pedagógicos dos cursos ofertados foram construídos segundo Diretrizes Institucionais da Pró-Reitoria de Ensino, e além de seguir os preceitos estabelecidos no PDI, alicerçam-se no disposto no Parecer CEB 11/2012, Art. 20, no que diz respeito à apresentação de elementos como: identificação e perfil do curso; justificativa e objetivos; requisitos e formas de acesso; perfil de formação profissional; organização curricular; critérios de avaliação; critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; disposições sobre biblioteca e equipamentos; perfil do pessoal docente e técnico; procedimentos para emissão de certificados e diplomas.

Na organização Curricular, os projetos contemplam os componentes curriculares de cada etapa, com a indicação da respectiva bibliografia (básica e complementar); conteúdos e metodologias, bem como orientações gerais para o estágio profissional obrigatório.

10 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

10.1 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A história da EJA no Brasil revela cenários de uma educação desigual e que, ao longo dos anos promove e reproduz a marginalização de pessoas, de um lado, pela falta de oportunidades e condições de acesso à escola e de outro, pela descontinuidade dos percursos formativos, marcados muitas vezes por reprovações e evasão. Os fatores socioeconômicos são apontados pelas pesquisas educacionais como indicadores que influenciam no processo educacional do povo brasileiro. Sob uma perspectiva, verifica-se o descaso político com a educação, desde a escassez de escolas, e péssimas condições de funcionamento das mesmas, até a má formação e desvalorização dos professores. De outro modo, as condições de vida e trabalho das populações mais empobrecidas avolumam os índices de abandono e reprovação escolar dos brasileiros(as) que desde a infância abandonam as escolas em busca de subsistência.

Do ponto de vista legal, a Lei 9.394/96 determina ao Estado o dever de educar e assegurar ao(à) cidadão(ã) o direito à educação escolar, mediante a garantia de condições de acesso e permanência. Contudo, as pesquisas educacionais apontam que as políticas e programas educacionais implantados ainda não atingiram todos os cidadãos/cidadãs de forma plena. Existe uma dívida histórica com as populações em relação à educação escolar e é nesse cenário de reparação social que surge as políticas de EJA. Assim, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos não pode ser negligenciada por nenhum sistema de ensino.

Em 2012, a pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou que havia, no Brasil, 13,2 milhões de pessoas analfabetas na faixa etária de 15 anos ou mais. Outras pesquisas revelaram a descontinuidade do processo educacional entre os estudantes da EJA.

O Ministério da Educação, por meio do Plano Nacional da Educação (PNE), estabeleceu vinte metas para a melhoria da oferta da Educação Nacional, em todos os níveis e modalidades. Em relação à EJA, a meta nove do PNE (2014, p.35) visa “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até 2020, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional”.

O Ministério da Educação passou a fomentar a EJA, numa perspectiva reparadora, inserindo no âmbito da SETEC a formação profissional e tecnológica via três programas: o

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano e Projovem Campo).

A criação dos Institutos Federais visa atender à necessidade da institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica como política pública em nosso país, estabelecendo o compromisso de pensar na diversidade social, econômica, geográfica e cultural, na necessidade de diminuição das desigualdades regionais, elevação do nível de escolaridade e capacitação tecnológica da população, e, em ações que contribuam para a inclusão e a permanência de jovens e adultos no mundo do trabalho.

Pautado na visão da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e visando o desenvolvimento local, regional e nacional, o IF Baiano atua na oferta de cursos presenciais e à distância nos níveis médio (modalidades integrado, subsequente e concomitante) e superior (cursos de graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado e cursos de pós-graduação). Além dos cursos regulares, a Instituição desenvolve ações, projetos e programas voltados à valorização dos contextos produtivos, culturais e sociais nos quais se insere, a exemplo dos cursos de formação inicial e continuada.

A Educação de Jovens e Adultos no IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* está articulada aos princípios e pressupostos da Educação nacional, garantidas pela Constituição Federal como direito de todos, para o desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho; aos objetivos da educação profissional e tecnológica prevista pela LDB 9.394/1996, cuja oferta envolve diferentes níveis e modalidades, nas dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia; ao Decreto 5.840 de 2006, que versa sobre a oferta do PROEJA, como formação profissional integrada ou concomitante ao ensino médio; e à Lei 11.892 de 2008, que estabelece as finalidades e características dos Institutos Federais, e o compromisso em ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da EJA.

O compromisso do IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* com a EJA vai além dos aspectos legais e evidencia o anseio dos coletivos populares do Território de Identidade Velho Chico, composto por quilombolas, assentados, ribeirinhos e uma diversidade de trabalhadores do campo e da cidade.

10.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO

A obrigatoriedade pela oferta da EJA em 2014 na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA passou a ser da rede municipal de ensino. A pesquisa de Custódio (2015. 39), aponta que o município disponibilizava até então, de um total de 21 escolas, sendo 06 (seis) situadas na sede do município, com 859 alunos matriculados e 15 (quinze) no campo, com 559 alunos, compreendendo um total de 1.418 (um mil quatrocentos e dezoito) alunos matriculados, cuja faixa etária variava de 15 a 75 anos de idade. Esta pesquisa apontou, dentre outros, o abandono escolar como principal problema. Alguns estudantes se matriculavam, mas não compareciam à escola, outros, evadiam durante o período letivo por dificuldades em conciliar trabalho e escola. Segundo o autor, outros fatores também contribuíram para o abandono dos estudantes da EJA no município: a falta de motivação para os estudos, a inadequação metodológica, insuficiência e precariedade de recursos didáticos, e ainda a falta de formação para os profissionais que atuam na EJA.

Diante desse diagnóstico, o IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, por meio de estudos de demanda, e de acordo sua expertise, tem buscado promover ações vinculadas ao público da EJA, a saber:

a) Diálogo e articulação com instituições de Ensino e movimentos populares.

O território de Identidade Velho Chico possui uma rede de organizações populares, atuantes e organizadas, a saber: quilombolas, assentados, ribeirinhos, trabalhadores rurais, artesões, mulheres, dentre outros. Com o fito de potencializar as ações e atender às demandas apresentadas por estas organizações, as instituições de ensino presentes no Território de Identidade e cidadania Velho Chico têm realizado encontros e parcerias na elaboração e execução de propostas. Em 2014 e 2015, foram realizadas duas importantes parcerias entre o *Campus* e o município de Bom Jesus da Lapa, voltadas para a promoção de cursos de formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos. As duas propostas desenvolvidas contaram com cargas horárias de 100 e de 60 horas, respectivamente. Em 2017, o IF Baiano, *Campus* Bom Jesus da Lapa, sediou o I Encontro Interterritorial Quilombola, estreitando o diálogo com 34 quilombos presentes no Território e as instituições parceiras, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus da Lapa, Universidade do Estado da Bahia e Universidade Federal do Oeste Baiano. O resultado do encontro gerou um relatório sistemático com apontamentos de demandas formativas, com vistas a potencializar e diversificar a ofertas de cursos direcionadas aos povos quilombolas.

b) Oferta de cursos profissionalizante de Formação Inicial e Continuada

A oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, baseia-se na Resolução nº 62, de 17 de outubro de 2016, bem como nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira da LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a Educação Profissional brasileira, englobando a formação inicial e continuada/qualificação profissional. Os cursos FIC devem ter como princípio norteador uma formação humana e integral, em que a formação profissional não seja apenas orientada pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos concludentes (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

A formação inicial e continuada é um processo de qualificação profissional, voltado à formação de trabalhadores(as) para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho, associado, ou não, à elevação da escolaridade, que pode estar integrado a projetos e programas destinados à formação de jovens e adultos(as). Para a elevação da escolaridade, os cursos FIC devem estar articulados, preferencialmente, aos cursos de educação de jovens e adultos(as), ou aos cursos da educação básica e superior.

Os cursos FIC visam a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, dos(as) trabalhadores(as) de todos os níveis de escolaridade e podem ser ofertados, segundo itinerários formativos, para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. Estes cursos ofertados pelo IF Baiano devem atender a uma das seguintes categorias:

I - Formação Inicial: compreende cursos que contemplam um conjunto de saberes que habilitam ao exercício profissional, associado, ou não, à elevação da escolaridade;

II - Formação Continuada: compreende cursos que aprimoram, aprofundam e atualizam os saberes relativos a uma área profissional.

Entende-se que cursos dessa natureza podem ser uma importante ferramenta de qualificação e inserção social do egresso, facilitando o acesso ao emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Considerando a relevância desta premissa, o Instituto Federal Baiano– *Campus* om Jesus da Lapa, ao propor cursos na modalidade Formação Inicial e Continuada – FIC, pretende oferecer qualificação profissional capaz de auxiliar o(a) estudante em sua inserção e qualificação para o mundo do trabalho. Até o momento, as experiências construídas revelam que a formação inicial e continuada é um importante componente do processo formativo na Educação de Jovens e Adultos, podendo ser

materializadas novas propostas, quer seja de natureza institucional quer seja de natureza interinstitucional.

c) O PROEJA

Para Di Pierro (2005), os sujeitos da EJA pertencem às parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora, os subalternizados e os excluídos da escola. Apesar do reconhecimento dos altos índices de analfabetismo no país, a EJA às vezes parece ser um assunto alheio ao sistema seriado de ensino, um problema a ser erradicado.

Numa outra lógica, uma educação a serviço da mudança histórico-social se dá no contexto em que a (re)construção de saberes é mais importante que a reprodução bancária de conhecimentos prontos. Nessa perspectiva, Freire (2014) afirma que ensinar não é transferir conhecimentos, e só há sentido quando ensinar se transforma na experiência fundante de aprender. Para tanto, é preciso atentar-se ao fato de que os sujeitos da EJA buscam a possibilidade de se qualificarem enquanto trabalhadores.

A relação entre educação e trabalho envolve uma questão complexa: de um lado, muitos sujeitos da EJA em algum momento da vida, por uma questão de sobrevivência, tiveram que abandonar a escola para trabalhar; por outro, o retorno à vida escolar é motivado pelas dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho, ou pela necessidade de se inserir e permanecer trabalhando (RAMOS, 2011, p.773). Nesse sentido, é desafiador para a escola promover a formação quando os sujeitos da EJA possuem histórico de abandono escolar, motivado por itinerâncias descontínuas em decorrência de trabalhos temporários, ou mesmo escassez de oportunidades profissionais em suas regiões. Nesse sentido, as opções educacionais envolvem um compromisso contínuo de desenvolver conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, em relação à realidade dos estudantes, professores e gestores (CIAVATTA, 2011, p. 38-39). Nessa perspectiva, defende-se que os currículos e percursos da EJA devem contemplar aspectos teóricos e práticos, que possam ressignificar ações, atitudes e o próprio universo do trabalho dos sujeitos, colaborando para que a modalidade se fortaleça e possa de fato contribuir para que a educação seja um direito de todos.

A oferta de cursos para a EJA na modalidade de Educação Profissional se dá por meio de cursos técnicos integrados ao ensino médio; educação profissional técnica concomitante ao ensino médio; formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental; formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio; formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio.

O direcionamento da oferta dos cursos parte de estudos de demanda, os quais são realizados junto à comunidade. O último estudo feito, com o objetivo de identificar a necessidade de formação dos trabalhadores, ocorreu mediante uma Audiência Pública Quilombola, Interterritorial, ocorrida no *Campus* em janeiro de 2017.

No tocante às demandas levantadas como prioritárias pelos Jovens e Adultos presentes, figuraram: Cursos Integrados de Nível Médio ou Subsequente nas áreas de Meio Ambiente (1ª opção); Técnico em Alimentos (2ª opção) e Técnico em Agricultura na perspectiva da alternância (3ª opção). No que diz respeito à formação inicial e continuada as demandas estiveram relacionadas a cursos focados na assistência técnica aos trabalhadores para o gerenciamento de projetos, geração de renda, valorização da agricultura familiar e do alimento orgânico, informática, artesanato, cooperativismos, empreendedorismos e Pesca.

11 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Na modalidade EAD, o *Campus* Bom Jesus da Lapa oferta o curso Técnico em Secretaria Escolar, na forma Subsequente. Resultado de consulta pública, o curso tem como objetivo contribuir com a demanda na formação profissional de pessoas da região.

A modalidade de ensino a distância é muito importante para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Existem vários motivos que geram essa falta de acesso: ele pode morar distante das redes de serviço, falta transporte público, horários e ritmo de trabalho não compatíveis com um ensino presencial pode ter dificuldades de mobilidade física, entre outros.

A EaD no IF Baiano iniciou suas atividades em 2011, com a instituição do Núcleo Estruturante em Educação a Distância (NUEaD), subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). Nesse mesmo ano, o IF Baiano foi incluído na Rede e-Tec Brasil e, no período entre 2011 e 2012, realizou a implantação de 24 polos em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), para oferta dos cursos EaD. Em 2012, o NUEaD passou a ser Coordenação Especial de Gestão da Educação a Distância (CEGEaD) do IF Baiano. No ano seguinte, 2013, a CEGEaD evoluiu para Diretoria de Educação a Distância do IF Baiano (DEaD), vinculada a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), demonstrando o interesse institucional na ampliação e consolidação da modalidade no Instituto.

Atualmente, as políticas públicas em EaD no Brasil, no âmbito da Rede Federal de Ensino, são promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), através de dois grandes projetos: a Rede e-Tec Brasil, na esfera da educação técnica, e a Universidade Aberta do Brasil, na da educação superior.

12 A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação superior é um dos níveis da educação escolar, composta por cursos de graduação e pós-graduação. A educação superior de graduação do IF Baiano, fundamentada na legislação nacional, é regida pela LDB, Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que prevê, em seu Art.43, como finalidades:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Ensino, estabelece, em seu Art. 6º, dentre as finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos/cidadãs com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. O PDI (2015) estabelece que a educação superior de graduação no IF Baiano:

[...] está pautada em uma concepção de formação que contempla os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional (PDI, 2014, p. 56).

Os Referenciais Nacionais dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciaturas confere ao ensino superior um papel importante para o desenvolvimento social do país: o compromisso com a construção da cidadania por meio da formação de profissionais qualificados e capazes de enfrentar os desafios e complexidade social e tecnológica, buscando soluções inovadoras para estes.

[..] a educação superior ocupa papel estratégico na construção social brasileira, mas sua efetividade pode ser comprometida se não houver sintonia entre a oferta educativa e as demandas sociais e profissionais. Tais demandas se estendem desde a área de saúde, às tecnologias, humanidades e artes, que se valem das ciências básicas para desenvolverem saberes, que se desdobram em tecnologias que resolvem problemas, aprimoram comportamentos, enriquecem a cultura e as relações pessoais e sociais (Referenciais Nacionais dos Cursos Superiores de Bacharelado e Licenciaturas, p.3).

Uma das diretrizes estabelecidas nos referenciais para a educação superior é planejar a expansão com qualidade. Nesse sentido, além de superar as desigualdades de ofertas de cursos superior no país, é preciso considerar a pluralidade e diversidade sociocultural e incentivar a oferta diversificada de cursos segundo as demandas sociais e econômicas.

Os cursos de graduação podem ser de licenciaturas, bacharelados ou superior de tecnologia. O compromisso do IF Baiano com formação de professores para atuar na educação básica é prerrogativa da Lei N°11.892/2008, Art. 8, a qual determina a obrigatoriedade de oferta de 20% das vagas de cursos de licenciatura. Atualmente o IF Baiano *Campus Bom Jesus da Lapa* oferta os seguintes cursos de nível Superior, a saber:

- Graduação - Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma;
- Cursos de pós-graduação lato sensu: Especialização em Educação do Campo e Especialização em Educação Matemática, visando à formação de professores.

12.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO

O oferta de cursos de graduação no IF Baiano tem como objetivo promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, recursos humanos e materiais. As normas e procedimentos de criação, alteração e reformulação curricular dos cursos de Graduação do IF Baiano, na modalidade presencial, é orientada pela Resolução nº 47 do CONSUP/IF Baiano de 2014. Esta Resolução estabelece que a Direção-Geral e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

são os articuladores do estudo de demanda, de natureza social, econômica e institucional, o qual indicará a necessidade e a possibilidade do *Campus* em ofertar determinado curso de graduação.

A Organização Didática dos Cursos da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, aprovada pelo Conselho Superior em 2012, é o documento que normatiza, orienta e rege os procedimentos didático-pedagógico e administrativos atinentes aos cursos de Graduação.

A gestão dos Cursos da Educação Superior de Graduação é baseada no princípio democrático, com responsabilidades compartilhadas entre coordenação de curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso.

O NDE é um órgão consultivo, composto por professores do quadro docente, e é o órgão responsável pela concepção, consolidação, acompanhamento e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC). A composição e funcionamento do NDE é regido por normatização específica do curso, em consonância com a legislação vigente e normas específicas do IF Baiano.

O Colegiado de Curso é o órgão deliberativo, responsável pela coordenação didático-pedagógica de cada curso de graduação e pós-graduação.

O Curso de Engenharia Agrônômica

A oferta do Curso de Engenharia Agrônômica iniciada em 2015.2, fundamenta-se no disposto na Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Agrônômica. Nesta perspectiva, a inserção deste curso no Território do Velho Chico, almeja uma formação transdisciplinar na qual o profissional da agronomia desenvolva maior responsabilidade social e ambiental, assumindo esta incumbência na busca por um modelo de produção sustentável.

O curso de Engenharia Agrônômica, está fundamentado na Lei nº 9.394/96, Lei nº 11.892/2008 e Resolução CNE/CES Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006. A criação deste se deu a partir da Pesquisa de Demanda realizado em 2014, no âmbito do Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. A questão que emergiu como central no momento de definição da abrangência do *Campus* Bom Jesus da Lapa, e conseqüentemente das cidades que integraram o estudo de demanda, foi a coesão cultural, simbólica e identitária, historicamente construída na região.

Em relação às vagas são ofertadas 40 anualmente, turno diurno, integral, com duração de 10 semestres. O ingresso ocorre mediante dois tipos de seleção, a saber: 20 vagas via Sistema

de Seleção Unificada (Sisu), considera o desempenho obtido no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e 20 vagas via seleção interna, regida por edital, considerando o desempenho do Ensino Médio, ou nota do ENEM. Havendo vagas remanescentes o ingresso ocorrerá via transferência interna por reopção de curso, transferência externa de outras Instituições devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC) ou portador de diploma de cursos superiores de graduação em áreas afins.

Projeção de Oferta de Cursos de Graduação 2018- 2020

De acordo com o estudo de demanda de 2014, os resultados apontam que no grau de interesse 1, o curso melhor avaliado foi o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (33% da preferência), seguido do Curso de Bacharelado em Agronomia (29%) e do curso de Licenciatura em Ciências Naturais (20%). Em 2017, foram criados grupos de trabalho para elaboração de PPC dos cursos de Licenciatura em Biologia e Tecnólogo em Gestão em Tecnologia da Informação.

12.2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os cursos de pós-graduação no âmbito do *Campus* Bom Jesus da Lapa alicerçam-se na própria Lei de Criação dos Institutos Federais, 11.892/08 e nas orientações gerais da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do IF Baiano. A esta Pro-Reitoria, compete a difusão científica em todos os *Campi* do IF Baiano, promovendo ações de planejamento, fomento à pesquisa e a produtividade, e articulação com as áreas de ensino e extensão.

Em conformidade com o PDI do IF Baiano, as concepções da política de pesquisa e inovação embasam-se no artigo 6º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que sinaliza a necessidade de que a instituição atue como polo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, constituindo-se em centros de excelência no ensino de ciências em geral, difusão cultural, desenvolvimento científico e tecnológico e transferência de tecnologias sociais, sem perder de vistas as relações que devem ser estabelecidas com o meio ambiente.

É mister ressaltar, neste contexto, as disposições contidas no Art. 7º da mesma Lei, cujos incisos apresentam como objetivos dos institutos:

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; VI – ministrar em nível de educação superior: d) **cursos de pós-graduação lato**

sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (*Grifo nosso*)

Os cursos ofertados pelo IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa* estão calçados no atendimento às prerrogativas legais e as necessidades locais, de modo a se atingir os princípios previstos na Lei 11.892/08, a saber: implementação e popularização da pesquisa-ação como mediadora do processo ensino-aprendizagem, bem como, técnica capaz de transformar realidades; apresentação da pesquisa à comunidade acadêmica do IF Baiano como ferramenta capaz de promover a inclusão e o desenvolvimento social; estímulo à interdisciplinaridade e a interação com a comunidade local, com ênfase nas comunidades tradicionais, a exemplo de indígenas e quilombolas.

Os cursos atuais são: Educação do Campo, Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária; Educação Matemática.

13 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861/2004 tem como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Também visa, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

São três modalidades de avaliação que integram o SINAES: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES); Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE); e a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG). Esses processos são desenvolvidos em momentos distintos, possuem objetivos e instrumentos próprios, mas, que estão inter-relacionados, e juntos compõem o sistema de avaliação global e integrada.

Os resultados da avaliação constituem referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior compreendendo o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

13.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A Avaliação Institucional Interna tem como objetivo identificar o perfil e o significado de atuação da instituição, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores considerando as seguintes dimensões institucionais:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A Avaliação Institucional deve assegurar o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. Essa modalidade é desenvolvida em duas etapas: avaliação externa sob responsabilidade das comissões externas do INEP; e, avaliação interna – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) das instituições de ensino superior. A essa última modalidade que será dado ênfase nessa seção.

A Avaliação Institucional Interna tem como finalidade demonstrar a visão global e integrada da instituição pelo olhar da comunidade interna e externa. É na verdade, um processo de autoconhecimento que aprofunda a visão sobre a missão e acerca da instituição, das políticas institucionais que estão sendo realizadas para melhorar a qualidade acadêmica e promover o desenvolvimento institucional. Essa prática tem papel educativo, pois, é através da participação que à comunidade acadêmica poderá desenvolver a autoconsciência em relação ao desenvolvimento da instituição, à sua qualidade, aos problemas e aos desafios enfrentados. O envolvimento da comunidade possibilita o desenvolvimento da cultura da avaliação. As informações obtidas na avaliação interna são resultantes dos constantes diálogos que acontecem entre avaliadores e comunidade acadêmica.

Nessa construção coletiva, a CPA junto a comunidade traça um diagnóstico da realidade da organização, identificando os seus problemas, as práticas que alcançaram êxito, destacando os pontos fortes e fracos. A partir do diagnóstico a gestão pode planejar as ações da instituição e se orientar para o processo de tomada de decisões.

13.2 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DO *CAMPUS*

Para atender as disposições legais que rege a política de avaliação no âmbito do SINAES (Lei nº 10.861/2004), o IF Baiano instituiu o Regimento da Comissão Própria de Avaliação, aprovado pela Resolução nº 14 de 12/06/2015 do Conselho Superior, responsável por normatizar aspectos como a organização, as competências, a composição e o seu funcionamento.

Nos termos desse regulamento, a CPA do IF Baiano é um órgão colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos das áreas acadêmica e administrativa que integra o SINAES e atende ao PDI do IF Baiano quanto aos níveis e modalidades de ensino. Além disso, essa comissão têm atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

Em consonância com os princípios democráticos do SINAES, a CPA é constituída por representantes da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes) e da sociedade civil organizada, os quais são escolhidos entre seus pares, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 7 - Composição das CPA do IF Baiano

	SEGMENTO	Nº TITULAR	Nº SUPLENTE
I	Docente	01	01
II	TAE	01	01
III	Discente Ed. Superior	01	01
IV	Discente EPTNM	01	01
V	Sociedade Civil	01	01

Fonte: CPA, *Campus* Bom Jesus da Lapa (2017)

Com o objetivo de conduzir os processos de avaliação institucional interna do IF Baiano, a CPA é formada pelas Comissões dos *Campi* e por uma Comissão Central, as quais possuem as seguintes responsabilidades:

Quadro 8 - Competências da CPA

CPA DOS <i>CAMPI</i>	CPA CENTRAL
<p>I - Implementar o processo de autoavaliação do IF Baiano, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela CONAES e deliberações da Comissão Central;</p> <p>II - Coordenar o processo de autoavaliação do respectivo <i>Campus</i>;</p> <p>III - Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas no <i>Campus</i>;</p> <p>IV - Sistematizar as informações relativas à autoavaliação do <i>Campus</i>;</p> <p>V - Acompanhar o processo de avaliação externa;</p> <p>VI - Propor projetos, programas e ações visando à melhoria do processo avaliativo institucional;</p> <p>VII - Acompanhar a execução e propor aperfeiçoamento da política de Avaliação Institucional, observada a legislação pertinente;</p> <p>VIII - Prestar informações solicitadas ao(à) Pesquisador(a) Institucional para serem encaminhadas ao INEP;</p> <p>IX - Elaborar os relatórios parciais e encaminhá-los aos órgãos competentes;</p> <p>X - Deliberar sobre as providências necessárias ao pleno funcionamento e manutenção das atividades da CPA;</p> <p>XI - Socializar o processo avaliativo e os resultados da avaliação com a comunidade interna e externa;</p> <p>XII - Propor ações para as dimensões apontadas pelos SINAES avaliadas pela CPA.</p>	<p>I - Coordenar o processo de autoavaliação do IF Baiano;</p> <p>II - Sistematizar as informações relativas à autoavaliação do IF Baiano;</p> <p>III - Acompanhar o processo de avaliação externa;</p> <p>IV - Propor projetos, programas e ações visando à melhoria do processo avaliativo institucional;</p> <p>V - Prestar informações solicitadas ao(à) Pesquisador(a) Institucional para serem encaminhadas ao INEP;</p> <p>VI - Deliberar sobre as providências necessárias ao pleno funcionamento e manutenção das atividades de autoavaliação, mediante solicitação das CPA;</p> <p>VII - Propor ações para as dimensões apontadas pelos SINAES avaliadas pela CPA;</p> <p>VIII - Elaborar o Relatório Final da Autoavaliação do IF Baiano para posterior envio para o INEP, dentro do prazo legal estabelecido.</p>

Fonte: Regimento CPA, IF Baiano (2017)

Para desenvolvimento dos trabalhos da avaliação interna, a CPA dos *Campi* conta como a CPA Central e a Secretaria Executiva de cada unidade e deve nortear suas ações seguindo os princípios da diversificação de procedimentos e instrumentos para coleta e análise de dados institucionais; análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social e das atividades e finalidades de seus órgãos; respeito à identidade e à diversidade da comunidade interna e dos órgãos institucionais e participação da comunidade interna e externa no processo avaliativo.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial União*. 23 dez 1996.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U.Seção 1, de 30 de dezembro de 2008.Brasília, DF,2008.
- BRASIL. Lei nº 11.788. **Dispõe sobre o estágio de estudantes.** Brasília, 2008.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB 04/2010 - **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília, 2010.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio):** Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura.** Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências. D.O.U. Seção I, de 03 de fevereiro de 2006. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Lei 12.711/2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, 2012.
- BRASIL. Lei 11.645/2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Brasília, 2008.
- BRASIL. Resolução 6/2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Disponível em <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo4123.pdf>> Acesso em 20 ago. de 2017.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 10.639/03, **que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".** Brasília, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 10.861/04, **que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 46, de 10 de janeiro de 2005. Diário Oficial da União nº 09, de 13/01/2005, seção 1. pág. 26, Brasília, 2005.152.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm> Acesso em

15 jun. 2017.

BRASIL. Decreto n.5.478, de 24 jun. 2005. **Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm> Acesso em 15. Jun. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008. Disponível em <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em 20 mai. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 9 de maio de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Diário Oficial da União, Brasília, 4 set. 2012a. Seção 1, p. 98.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº. 13.005/14. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** Brasília, 2008.

BASTOS, J. A. **A educação tecnológica: conceitos e perspectivas.** In: BASTOS, J. A. **Tecnologia e interação.** Curitiba: Cefet-PR, 1998. p. 11-30.

BORDIGNON e GRACINDO, Genuíno e Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o Município e a Escola.** IN, FERREIRA e AGUIAR (orgs). Naura Syria Carapeto e Márcia Ângela da S. gestão da educação – impasses, perspectivas e compromissos. 4ª Ed. SP: Cortez, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 70, 75, 106, 111, 120, 174.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos.** Juiz de Fora: Graal. 1992. p. 21, 70.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRINSPUN, Mirian P.S.Z. Avaliação Institucional. In: **Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v.9, n. 31, abr./jun. 2001.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.** Resolução nº 02 – Conselho Superior, 05 de fevereiro de 2015. Salvador: Reitoria, 2015.

_____. **Projeto Político Pedagógico Institucional.** Salvador: Reitoria, 2014.

_____. **Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.** Resolução Nº 14 - Conselho Superior, 12 de junho de 2015.

_____. **Organização Didática da Educação Superior.** Resolução nº 18 – Conselho

Superior, 31 de outubro de 2012.

_____. **Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano.** Resolução nº 05 – Conselho Superior, 29 de março de 2011.

LENOIR, I. **Didática e interdisciplinaridade:** uma complementariedade necessária e incontornável. In.: FAZENDA, I. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998. p. 45-75.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação e aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.

MORAN, José Manuel. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n. 12, p.13-21, Mai/Ago 2004. Quadrimestral.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais.** Brasília: SETEC/MEC, 2012.

PUCCI, B. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.** Impulso: Piracicaba, 1991.

SOUZA, N. A. **A relação teoria-prática na formação do educador. Seminário:** Ci. Soc. Hum., Londrina, v. 22, p. 5-12, set. 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** Ladermos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000.

PACHECO, E. **Institutos Federais uma revolução profissional e tecnológica.** Brasília: Moderna, 2011.